

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 17/04/2025 | Edição: 74 | Seção: 3 | Página: 51

Órgão: Ministério da Educação/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

EDITAL Nº 1/2025 - RE/IFRN

CONCURSO PÚBLICO - PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNÓLOGO - EBTT

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE-IFRN.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais; considerando a autorização para prover cargos vagos, observando-se o banco de professor-equivalente estabelecido pelo Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, atualizado pelo Decreto nº 8.259, de 29 de maio de 2014 e pelo Decreto nº 12.281, de 29 de novembro de 2024, pela Portaria Interministerial MPDG/MEC nº 60, de 29 de março de 2018, e pela Portaria Conjunta MGI/MEC nº 28, de 28 de julho de 2023; torna pública a abertura das inscrições para o Concurso Público para o provimento de cargos de Professor da Carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regida pela Lei Federal nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, com o objetivo de preencher o Quadro de Pessoal dos diversos campi, sob o Regime Jurídico Único, aprovado pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com suas alterações posteriores, pelas legislações pertinentes e demais regulamentações, mediante o estabelecido neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital e executado pela Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - FUNCERN, sob a supervisão da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, designada pelo Reitor do IFRN.

1.1.1. A FUNCERN possui sede na Av. Xavier da Silveira, 983, Nova Descoberta, CEP 59.056-530, Natal/RN.

1.2. O Concurso Público será executado de acordo com o cronograma descrito no Anexo I deste Edital.

1.3. O Concurso Público compreenderá três fases distintas para provimento de cargos, nos quadros de professor(a) do IFRN, para todas as matérias/disciplinas descritas na Seção 2, constituindo-se de:

- Fase I: Prova Escrita (eliminatória e classificatória);
- Fase II: Prova de Desempenho (eliminatória e classificatória); e
- Fase III: Prova de Títulos (classificatória).

1.3.1. Os conteúdos programáticos para as Provas Escritas estão disponíveis no Anexo II, e os temas para as Provas de Desempenho, no Anexo III deste Edital.

1.3.2. Legislação e normas técnicas recentes, bem como alterações feitas em dispositivos legais e normativos, com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, não serão objetos de avaliação nas provas deste Certame.

1.4. É responsabilidade da pessoa candidata, desde a inscrição, acessar e acompanhar todas as publicações acerca deste Concurso Público, pelo sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), não cabendo alegar, mediante solicitação de inscrição, qualquer espécie de desconhecimento, tendo em vista a declaração de ciência e anuência das disposições Editalícias.



1.5. As pessoas candidatas aprovadas e nomeadas estarão subordinadas ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, instituído pela Lei Federal nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com suas posteriores alterações.

1.6. A lotação das vagas durante a validade do Concurso Público, incluindo a das pessoas candidatas inseridas no cadastro de reserva, dar-se-á em qualquer um dos campi do IFRN.

1.7. Durante a validade do Concurso Público, nos casos em que houver vagas simultâneas nos campi do IFRN, ou surgindo novas vagas, será facultado às pessoas constantes na lista de pessoas candidatas aprovadas optar pelo município de lotação, no quantitativo de vagas disponibilizado e seguindo a ordem da classificação obtida no Concurso Público, mediante consulta prévia realizada pela Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas.

1.8. No âmbito deste Edital, será considerada ÁREA relativa a uma Matéria/Disciplina:

a) o segundo nível (área do conhecimento/área básica) da Tabela de Áreas de Conhecimento, mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para cursos de pós-graduação, disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>; ou

b) o segundo nível (área específica) da Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica (Cine Brasil), sendo válida até o período de inscrição, disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/cine-brasil/classificacao>; ou

c) o eixo tecnológico relativo a uma Matéria/Disciplina indicado no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, mantido pelo Ministério da Educação (MEC), disponível em <https://cncst.mec.gov.br/>.

1.9. Qualquer cidadão ou cidadã poderá solicitar, mediante fundamentação, a impugnação deste Edital ou suas eventuais alterações, protocolando, pelo correio eletrônico concursopublicodocenteifrn2025@funcern.br, requerimento devidamente fundamentado, junto à Comissão Organizadora do Concurso Público, no prazo previsto no cronograma descrito no Anexo I deste Edital.



1.9.1. Os pedidos de impugnação serão julgados pela FUNCERN.

1.9.2. A pessoa impugnante deverá, necessariamente, indicar o item/subitem objeto da impugnação e sua fundamentação legal, sob pena do não reconhecimento do pedido.

1.9.3. Não caberá recurso administrativo contra a decisão acerca do indeferimento do pedido de impugnação.

1.9.4. As decisões serão disponibilizadas em um único arquivo no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), no prazo previsto no cronograma descrito no Anexo I deste Edital.

2. DAS MATÉRIAS/DISCIPLINAS E DAS VAGAS

2.1. São dispostas vagas de Professor(a) de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regime de trabalho de dedicação exclusiva (DE), com ingresso na classe A, Nível 1.

2.1.1. As vagas são distribuídas por Matérias/Disciplinas, conforme o quadro a seguir, que também prevê o número máximo de pessoas candidatas aprovadas por cargo.

MATÉRIA/DISCIPLINA	NÚMERO DE VAGAS				NÚMERO MÁXIMO DE PESSOAS CANDIDATAS APROVADAS (*)		
	AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (**)	PESSOAS NEGRAS-PRETAS-PARDAS (***)	TOTAL	AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (**)	PESSOAS NEGRAS-PRETAS-PARDAS (***)
Administração Contábil e Financeira	2	0	0	2	6	1	2
Biologia	1	0	0	1	3	1	1
Desenho Técnico	1	0	0	1	3	1	1

Desenvolvimento de Jogos Digitais	1	0	0	1	3	1	1
Didática	2	0	0	2	6	1	2
Educação Física	1	0	0	1	3	1	1
Eletroeletrônica	1	0	0	1	3	1	1
Filosofia	3	0	1	4	12	2	4
Física	2	0	0	2	6	1	2
Fundamentos da Administração, Gestão de Negócios, Logística, Marketing, Cooperativismo, Terceiro Setor e Empreendedorismo	2	0	1	3	9	2	3
Geografia	2	0	0	2	6	1	2
Gestão Ambiental	1	0	0	1	3	1	1
História	1	0	0	1	3	1	1
Língua Inglesa	1	0	0	1	3	1	1
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	0	1	4	12	2	4
Manutenção e Suporte em Informática	3	0	1	4	12	2	4
Matemática	2	0	0	2	6	1	2
Moda e Produção de Vestuário	1	0	0	1	3	1	1
Políticas e Gestão Escolar	2	0	1	3	9	2	3
Processamento de Alimentos	2	0	0	2	6	1	2
Projetos Agrícolas e Agricultura de Precisão	1	0	0	1	3	1	1 
Química	3	0	1	4	12	2	4
Redes de Computadores	2	0	0	2	6	1	2
Sistemas de Informação	4	1	1	6	17	3	5
Total	44	1	7	52	155	32	51

OBSERVAÇÃO:

(*) Refere-se ao quantitativo previsto no Anexo II do Decreto nº 9.739, de 2019.

(**) De acordo com o Decreto nº 9.508/2018 e Lei nº 8.112/1990

(***) De acordo com a Lei nº 12.990/2014

2.1.2. A habilitação/requisito mínimo de ingresso para cada Matéria/Disciplina está descrita no quadro abaixo.

MATÉRIA/DISCIPLINA	HABILITAÇÃO / REQUISITO MÍNIMO DE INGRESSO
Administração Contábil e Financeira	Graduação em Administração ou em Ciências Contábeis ou Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira
Biologia	Licenciatura em Ciências Biológicas ou em Biologia
Desenho Técnico	Graduação em Arquitetura ou em Engenharia Civil; ou Curso Superior de Tecnologia em Construção Civil ou em Construção de Edifícios ou em Construção Predial
Desenvolvimento de Jogos Digitais	Graduação em Jogos Digitais; ou graduação na área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação ou Licenciatura em Informática, com pós-graduação em Jogos Digitais
Didática	Licenciatura em Pedagogia
Educação Física	Licenciatura em Educação Física

Eletroeletrônica	Graduação em Engenharia de Computação ou em Engenharia Elétrica ou em Engenharia Eletrônica ou em Engenharia de Controle e Automação ou em Automação Industrial ou em Eletrônica Industrial; ou qualquer graduação com pós-graduação em Engenharia Elétrica ou em Engenharia Eletrônica
Filosofia	Licenciatura em Filosofia
Física	Licenciatura em Física
Fundamentos da Administração, Gestão de Negócios, Logística, Marketing, Cooperativismo, Terceiro Setor e Empreendedorismo	Graduação em Administração ou em Gestão Comercial ou em Gestão de Cooperativas ou em Logística ou em Marketing ou em Processos Gerenciais
Geografia	Licenciatura em Geografia
Gestão Ambiental	Graduação em Meio Ambiente ou em Controle Ambiental ou em Gestão Ambiental ou em Engenharia Agrícola e Ambiental ou em Engenharia Ambiental ou em Engenharia Sanitária e Ambiental ou em Ecologia ou em Ciências Ambientais
História	Licenciatura em História
Língua Inglesa	Licenciatura em Inglês ou em Letras com habilitação em Inglês
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e/ou Literatura Brasileira
Manutenção e Suporte em Informática	Graduação na área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação; ou Licenciatura em Informática; ou graduação em Automação Industrial ou em Engenharia de Computação ou em Engenharia Elétrica
Matemática	Licenciatura em Matemática
Moda e Produção de Vestuário	Graduação em Engenharia Têxtil ou em Tecnologia Têxtil ou em Produção Têxtil ou em Moda ou em Design de Moda ou em Produção de Vestuário
Políticas e Gestão Escolar	Licenciatura em Pedagogia
Processamento de Alimentos	Graduação em Engenharia de Alimentos; ou Curso Superior de Tecnologia em Alimentos ou em Agroindústria
Processamento de Alimentos	Graduação em Agronomia ou em Engenharia Agrônômica ou em Engenharia Agrícola
Química	Licenciatura em Química
Redes de Computadores	Graduação na área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação; ou Licenciatura em Informática; ou graduação em Engenharia Elétrica ou em Engenharia de Computação
Sistemas de Informação	Graduação na área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação; ou graduação em Engenharia de Computação; ou Licenciatura em Informática; ou qualquer graduação com pós-graduação em Engenharia de Computação ou na área de Ciência da Computação



2.1.3. Para habilitação/requisito mínimo de ingresso, será considerada a definição de ÁREA conforme o item 1.8.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS

3.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos:

a) ser pessoa candidata aprovada no Concurso Público;

b) ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

c) estar em gozo dos direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações militares, em caso de pessoa candidata do sexo masculino;

e) estar quite com as obrigações eleitorais;

f) possuir os requisitos específicos exigidos para o exercício do cargo especificados no subitem

2.1.2.;

g) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data da posse;

h) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

i) apresentar atestado médico, comprovando aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante perícia médica oficial da instituição;

j) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público federal, prevista no artigo 137, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

k) não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, exceto nos casos previstos na Constituição Federal e legislação vigente, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo estabelecido para a posse, prevista no artigo 13, § 1º, da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

l) não ter participação na gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou não exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, conforme disposto no artigo 117, inciso X, da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

m) não receber proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

n) cumprir as determinações deste Edital;

o) apresentar declaração de autorização de acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, de acordo com Instrução Normativa TCU nº 87, de 12 de agosto de 2020; e

p) entregar, em caso de aprovação e na ocasião da posse e investidura no cargo, os documentos necessários, conforme previsto neste Edital, dentre outros exigidos pela legislação vigente.

3.2. O salário a ser percebido para o cargo corresponde à remuneração prevista na Lei nº 12.772, de 2012, com suas alterações posteriores, para o Regime de Dedicção Exclusiva, composta pelo Vencimento Básico (VB), podendo ser acrescido do valor da Retribuição por Titulação (RT), conforme valores discriminados no quadro a seguir, além de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.

REMUNERAÇÃO INICIAL DOS CARGOS DE PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO					
Regime de Trabalho	Vencimento Básico	RT Aperfeiçoamento	RT Especialização	RT Mestrado	RT Doutorado
Dedicção Exclusiva	6.180,86	618,08	1.236,17	3.090,43	7.107,99



4. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. São reservadas vagas às Pessoas com Deficiência (PcD) no ato da inscrição, na proporção de 10% (dez por cento) das respectivas vagas destinadas à Matéria/Disciplina ou que surgirem ou forem criadas no prazo de validade do Concurso Público, na forma da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

4.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 4.1 resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas por cargo, nos termos do artigo 5º, § 2º, da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e distribuídas observando-se os termos do artigo 1º, § 4º, do Decreto nº. 9.508, de 24 de setembro de 2018.

4.1.2. O cálculo da reserva de vagas a que se refere o item 4.1 foi feito com base no total de vagas deste Edital, nos termos da legislação vigente.

4.2. Consideram-se Pessoas com Deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas na Lei Federal nº. 13.146, de 06 de julho de 2015, determinadas pela comprovação de impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; no artigo 4º do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no artigo 1º da Lei Federal nº. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023 (deficiência auditiva e valor referencial da limitação auditiva), Lei Federal nº. 14.126 de 22 de março de 2021 e as contempladas pela Súmula nº. 377 do Superior Tribunal de Justiça - STJ e no enunciado AGU nº. 45, de 14 de setembro de 2009.

4.3. Para concorrer às vagas reservadas às Pessoas com Deficiência, a pessoa candidata deverá, no ato da inscrição, optar por fazer a autodeclaração de Pessoa com Deficiência, assinalando o espaço designado para esse fim, em campo específico indicado no formulário de inscrição, e informar que deseja concorrer a vagas reservadas para Pessoa com Deficiência, apresentando a comprovação da condição de deficiência em requerimento próprio, por meio da anexação de laudo médico redigido segundo o modelo do Anexo V, no formato de PDF, tendo o limite de até 2MB por arquivo, emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores à publicação deste Edital, com descrição da deficiência e respectivo código da Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID).

4.4. A pessoa candidata que não declarar e anexar, no ato da inscrição, um laudo médico comprovando sua condição de Pessoa com Deficiência, perderá o direito de concorrer às vagas destinadas à Pessoa com Deficiência, nas condições previstas em lei própria.

4.5. No ato da inscrição, a pessoa candidata com deficiência deverá declarar estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeita à avaliação da compatibilidade do exercício do cargo com a deficiência que possui, durante o estágio probatório, por uma equipe multiprofissional, nos termos do artigo 5º, do Decreto 9.508, de 2018.

4.6. A pessoa candidata com deficiência concorrerá, concomitantemente, às vagas reservadas às Pessoas com Deficiência e às vagas destinadas à Ampla Concorrência, de acordo com a sua pontuação no Concurso Público.

4.7. No resultado final do Concurso Público, as pessoas candidatas com deficiência aprovadas dentro do número de vagas oferecido para Ampla Concorrência, não serão computadas para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

4.8. Em caso de desistência de pessoa candidata com deficiência aprovada em vaga reservada, a vaga será preenchida pela pessoa candidata com deficiência que ocupar a classificação imediatamente posterior.

4.9. Ressalvadas as disposições específicas contidas neste Edital, as pessoas candidatas com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas.

4.10. A pessoa candidata que se declarar pessoa com deficiência, se classificada no Concurso Público, figurará em lista específica e na lista destinada à Ampla Concorrência da matéria/disciplina de sua opção.

4.11. As vagas reservadas para pessoas candidatas com deficiência que não forem providas por não haver pessoa candidata aprovada em lista específica, serão revertidas para Ampla Concorrência e preenchidas pelas demais pessoas candidatas aprovadas, observada a ordem geral de classificação.

5. DA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DOS PROCEDIMENTOS E DOS RECURSOS

5.1. A autodeclaração de Pessoa com Deficiência feita por pessoas candidatas, indicada no ato da inscrição deste Concurso Público, somente será confirmada, mediante procedimento de Avaliação Biopsicossocial.

5.2. A Avaliação Biopsicossocial objetiva verificar e avaliar os direitos das Pessoas com Deficiência, de forma a identificar, individualmente, de que modo ela desabilita ou prejudica a autonomia plena na vida cotidiana e profissional.

5.2.1. A decisão da Avaliação Biopsicossocial será terminativa sobre a qualificação como Pessoa com Deficiência ou não, e do seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência que possui realmente a habilita a concorrer às vagas reservadas para pessoas candidatas, na condição de Pessoa com Deficiência.

5.2.2. A pessoa candidata apresentar-se-á para a Avaliação Biopsicossocial constante do item 5.2 às suas expensas.

5.2.3. A pessoa candidata que solicitar concorrer às vagas reservadas para Pessoa com Deficiência deverá comparecer à Avaliação Biopsicossocial, em local e horário definidos pela FUNCERN, dentro do prazo previsto neste Edital, no Anexo I, munido de laudo médico e de exames complementares



comprobatórios da deficiência, conforme descrito no subitem 5.2.4 a seguir.

5.2.4. O laudo médico deverá ser assinado por médico especialista, contendo na descrição clínica o tipo e grau da deficiência e as áreas e funções do desenvolvimento afetadas, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como, caso conhecida, a provável causa da deficiência, devendo, ainda, conter o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM ou RMS do médico que forneceu o laudo, sem rasuras.

5.2.5. Caso a Comissão de Avaliação Biopsicossocial julgue necessário, serão solicitados da pessoa candidata exames médicos complementares para comprovação da sua deficiência e compatibilidade com as atribuições do cargo, que serão enviados por meio de Formulário Específico de Interposição de Recurso, acessível na Área da Pessoa Candidata (<https://inscricoes.funcern.org>), no período estabelecido no Anexo I deste Edital.

5.2.6. Para a Avaliação Biopsicossocial, devem ser apresentados documentos originais ou cópia autenticada, conforme subitem 5.2.3, acompanhados de uma cópia que será retida pela FUNCERN.

5.3. Por ocasião da Avaliação Biopsicossocial, perderão o direito de concorrer às vagas reservadas para Pessoa com Deficiência, as pessoas candidatas que não cumprirem com as exigências de que trata este Edital, as que não forem consideradas Pessoa com Deficiência e, ainda, as que não comparecerem à realização do procedimento de Avaliação Biopsicossocial.

5.4. A pessoa candidata que não tiver a condição de Pessoa com Deficiência confirmada na Avaliação Biopsicossocial, caso obtenha pontuação necessária, deverá constar, apenas, na lista de classificação final por Matéria/Disciplina da Ampla Concorrência.

5.5. A Avaliação Biopsicossocial será realizada, conforme disposto na Lei Federal nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, por Comissão de Avaliação Biopsicossocial designada pela FUNCERN e composta por equipe multiprofissional, incluindo um médico investido em cargo público, a qual será responsável pela validação das informações prestadas pelas pessoas candidatas e emissão de parecer acerca da deficiência declarada.

5.6. O parecer favorável da Comissão de Avaliação Biopsicossocial habilita a pessoa candidata, tão somente a concorrer às vagas reservadas a Pessoa com Deficiência, nos termos da legislação em vigor e conforme sua classificação, e não exime da obrigação de, em sendo convocada, submeter-se à avaliação de saúde admissional.

5.7. Em consonância com o artigo 44, do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho da pessoa candidata com deficiência obedecerá ao disposto no art. 20 da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como nas disposições posteriores acerca do estágio probatório.

6. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS NEGRAS-PRETAS-PARDAS

6.1. São reservadas vagas a pessoas autodeclaradas negras-pretas-pardas no ato da inscrição, na proporção de 20% (vinte por cento) das respectivas vagas destinadas à Matéria/Disciplina ou que surgirem ou forem criadas no prazo de validade do Concurso Público, na forma da Lei Federal nº. 12.990, de 09 de junho de 2014.

6.1.1. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a pessoas candidatas negras-pretas-pardas, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), nos exatos termos do Artigo 1º, § 2º, da Lei Federal nº. 12.990, de 09 de junho de 2014.

6.2. O cálculo da reserva de vagas a que se refere o item 6.1 foi feito com base no total de vagas deste Edital, nos termos da legislação vigente.

6.3. Poderão concorrer às vagas reservadas a pessoas negras-pretas-pardas aquelas pessoas candidatas que se autodeclararem negras-pretas-pardas no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

6.3.1. A pessoa candidata que se autodeclarar negra-preta-parda indicará, em campo específico, no formulário de inscrição, se pretende concorrer pelo sistema de reserva de vagas.



6.3.2. Até o final do período de inscrição do Certame, será facultado à pessoa candidata desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

6.4. A pessoa candidata autodeclarada negra-preta-parda, conforme item 6.3 deste Edital, concorrerá, concomitantemente, às vagas reservadas a pessoas candidatas negras-pretas-pardas e às vagas destinadas à Ampla Concorrência, de acordo com a sua pontuação no Concurso Público.

6.5. Além das vagas de que trata o item 6.1, as pessoas candidatas autodeclaradas negras-pretas-pardas poderão optar por concorrer às vagas reservadas a Pessoas com Deficiência, se atenderem a essa condição.

6.5.1. As pessoas candidatas autodeclaradas negras-pretas-pardas aprovadas para as vagas a elas destinadas e às reservadas às Pessoas com Deficiência, se convocadas concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma dessas reservas de vagas.

6.5.1.1. Caso as pessoas candidatas que se enquadrem no subitem 6.5.1 não se manifestem previamente, serão nomeadas dentro das vagas destinadas às pessoas candidatas negras-pretas-pardas.

6.6. As pessoas candidatas com deficiência que optarem ou forem convocadas para o provimento de vaga destinada a pessoa candidata autodeclarada negra-preta-parda farão jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados à pessoa servidora com deficiência.

6.7. As pessoas candidatas autodeclaradas negras-pretas-pardas aprovadas dentro do número de vagas oferecido para Ampla Concorrência não serão computadas para efeito do preenchimento das vagas reservadas às pessoas candidatas negras-pretas-pardas, nos termos do artigo 8º, da Instrução Normativa MGI nº. 23, de 25 de julho de 2023.

6.8. Em caso de desistência de pessoa candidata autodeclarada negra-preta-parda aprovada em vaga reservada, a vaga será preenchida pela pessoa candidata autodeclarada negra-preta-parda ocupante da classificação imediatamente posterior, observada a ordem de classificação.

6.9. Não concorrerão às vagas reservadas para pessoas negras-pretas-pardas aquelas pessoas candidatas que não optarem por este tipo de concorrência no ato da inscrição.

6.10. As vagas reservadas às pessoas negras-pretas-pardas que não forem providas por não haver pessoa candidata aprovada em lista específica, serão revertidas para Ampla Concorrência e preenchidas pelas demais pessoas candidatas aprovadas, observada a ordem geral de classificação.

7. DA AVALIAÇÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO, DOS PROCEDIMENTOS E DOS RECURSOS

7.1. A autodeclaração das pessoas candidatas como negras-pretas-pardas, realizada no ato da inscrição deste Concurso Público, será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação realizado por Comissão de Avaliação de Heteroidentificação designada pela FUNCERN, responsável pela validação das informações prestadas, nos termos da Portaria Normativa nº. 4, de 6 de abril de 2018 e da Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023, expedida pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

7.2. A Comissão de Avaliação de Heteroidentificação verificadora dos requisitos habilitantes, conforme determinado pela Portaria Normativa/SEGEP/MPOG nº. 4, de 6 de abril de 2018, alterada pela Portaria SGP/SEDGG/ME nº. 14.635, de 14 de dezembro de 2021, e pela Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023, será responsável pela emissão de um parecer conclusivo favorável ou não à declaração da pessoa candidata.

7.3. Será publicado o Edital de Convocação, no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), em data prevista no cronograma descrito no Anexo I deste Edital, com a lista de pessoas convocadas, o horário e o local para o comparecimento presencial para a realização do procedimento de aferição da autodeclaração.

7.4. Serão convocadas para aferição com a Comissão de Avaliação de Heteroidentificação todas as pessoas candidatas aprovadas na Prova Objetiva que tenham se autodeclarado negras-pretas-pardas no ato da inscrição, nas datas aprazadas no cronograma constante no Anexo I deste Edital.



7.5. As pessoas candidatas que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas autodeclaradas negras-pretas-pardas, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na Ampla Concorrência e satisfizerem as condições de habilitação estabelecidas neste Edital, deverão se submeter ao processo de heteroidentificação e comprovação de que trata o item 7.1. deste Edital.

7.6. A pessoa candidata cuja autodeclaração não for confirmada segundo o item 7.1. concorrerá às vagas destinadas à Ampla Concorrência, conforme previsto na Orientação Normativa/SEGEPI/MPOG nº. 4 de 06 de abril de 2018, alterada pela Portaria SGP/SEDGG/ME nº. 14.635, de 14 de dezembro de 2021 e na Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023.

7.7. O procedimento de aferição das pessoas candidatas autodeclaradas negras-pretas-pardas se realizará por meio de avaliação dos critérios fenotípicos, a partir da qual será emitido um parecer que deferirá ou indeferirá a condição declarada pela pessoa candidata.

7.7.1. O fenótipo é definido como o conjunto de características do indivíduo, como por exemplo, a cor da pele, a textura do cabelo e os formatos do rosto, lábios e nariz que, combinados ou não, permitirão ratificar ou invalidar a autodeclaração.

7.7.2. A aferição de cor-etnia negra-preta-parda não se refere a apresentação de documentos (por exemplo, Certidão de Nascimento) ou à ascendência da pessoa candidata, ou seja, quem são seus pais, avós ou bisavós, mas tão somente às características físicas (fenótipo) da própria pessoa candidata.

7.8. Para a segurança e lisura do procedimento e para a análise de eventuais recursos interpostos, todo o processo de aferição será gravado em vídeo e as imagens permanecerão sob a guarda da FUNCERN, por todo o período de validade deste Concurso Público, resguardando-se os direitos de sigilo da pessoa candidata e dos membros da Comissão.

7.9. A pessoa candidata que optar por concorrer às vagas reservadas para pessoas negras-pretas-pardas autorizará a gravação de confirmação de autodeclaração a ser realizada pela Comissão de Avaliação de Heteroidentificação.

7.10. A pessoa candidata autodeclarada negra-preta-parda deverá preencher e entregar, no momento da aferição o formulário de autodeclaração e a autorização de imagem, conforme estabelecem os Anexos VI e VII deste Edital.

7.11. No local indicado para ocorrer a aferição da autodeclaração, perante a Comissão de Avaliação de Heteroidentificação, a pessoa candidata autodeclarada negra-preta-parda realizará os seguintes procedimentos:

a) se posicionará de frente para a câmera.

b) responderá aos seguintes questionamentos:

b.1) "Você autoriza a gravação em vídeo e uso das imagens do procedimento de heteroidentificação pela FUNCERN?";

b.2) "Você confirma a sua autodeclaração como pessoa candidata negra-preta-parda?".

c) mostrará o dorso de ambas as mãos para a câmera, conforme for orientada.

d) fará os movimentos para visualização dos perfis de seu rosto, conforme for orientada.

e) assinará a declaração de comparecimento.

7.12. A pessoa candidata que não comparecer, a que se opuser ao procedimento de aferição da autodeclaração ou que não autorizar sua gravação, perderá o direito de concorrer à reserva de vagas para esse público e concorrerá, apenas, às vagas da Ampla Concorrência.

7.13. O Resultado Preliminar da aferição da autodeclaração estará disponível na Área da Pessoa Candidata (<https://inscricoes.funcern.org>), na data prevista no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

7.14. A FUNCERN constituirá uma Comissão Recursal de Avaliação de Heteroidentificação verificadora dos recursos interpostos pelas pessoas candidatas.

7.15. A autodeclaração de pessoa candidata como negra-preta-parda indeferida caberá recurso contra a decisão do não enquadramento da pessoa candidata negra-preta-parda na reserva de vagas.



7.15.1. Para proceder à interposição de recurso contra o resultado da aferição, a pessoa candidata deverá acessar a Área da Pessoa Candidata (<https://inscricoes.funcern.org>), no período estabelecido no cronograma constante no Anexo I deste Edital e acionar a opção de interposição de recurso.

7.15.2. O recurso será analisado através das imagens gravadas durante o processo de aferição da autodeclaração da pessoa candidata, indicado no item 7.8.

7.16. Permanecendo o indeferimento da autodeclaração pela Comissão Recursal de Heteroidentificação e não sendo identificada má fé ou fraude, a pessoa candidata será eliminada das listas destinadas para pessoas candidatas autodeclaradas negras-pretas-pardas e permanecerá nas demais listas às quais tiver direito.

7.17. Caso seja identificada, pela Comissão Recursal de Avaliação de Heteroidentificação, a tentativa de fraude ou uso de má fé, a pessoa candidata será eliminada do Concurso Público.

7.17.1. A pessoa candidata nessa condição ficará sujeita às sanções penais e administrativas cabíveis, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa.

7.18. O não comparecimento da pessoa candidata ao procedimento de heteroidentificação perante a Comissão de Avaliação de Heteroidentificação ou o indeferimento final de sua autodeclaração, conforme o caso, implicará na perda do direito da pessoa candidata à concorrência na lista específica.

8. DA INSCRIÇÃO

8.1. A inscrição da pessoa candidata implicará aceitação total e incondicional das disposições, normas e instruções constantes neste Edital e em editais complementares que vierem a ser publicados, com vistas ao Concurso Público objeto deste Edital.

8.1.1. A pessoa candidata deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital e editais complementares.

8.1.2. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital e editais complementares.

8.2. Os dados pessoais e sensíveis solicitados à pessoa candidata estão de acordo com a finalidade do uso para realização do Certame, sob sigilo da FUNCERN, e em conformidade com a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

8.3. Todas as informações prestadas pela pessoa candidata, no ato da inscrição neste Concurso Público, serão de sua inteira responsabilidade.

8.3.1. A pessoa candidata inscrita por outrem assume total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros que seu representante venha a cometer, no preenchimento do Formulário de Inscrição.

8.4. Terá sua inscrição cancelada e será eliminada do Concurso Público, a pessoa candidata que usar dados de identificação de terceiros para realizar a sua inscrição.

8.5. Cada pessoa candidata terá direito apenas a uma inscrição válida.

8.6. A inscrição será feita, exclusivamente, via Internet, durante o período previsto em cronograma constante no Anexo I deste Edital, de acordo com os seguintes procedimentos:

a) acessar o sítio da FUNCERN (<https://funcern.br>), no qual estarão disponíveis o Edital e o Formulário de Inscrição (<https://inscricoes.funcern.org>);

b) preencher, integralmente, o Formulário de Inscrição de acordo com as instruções nele constantes;

c) efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de Pix ou Boleto Bancário;

d) efetuar o pagamento da taxa, no valor correspondente a R\$ 200,00 (duzentos reais), durante o período previsto em cronograma e no local indicado no Boleto, observando o horário de compensação bancária.

8.6.1. Só será admitido o pagamento da taxa de inscrição no período definido neste Edital, observando-se o horário de compensação bancária.



8.6.2. Não serão aceitos pagamentos efetuados em desacordo com instruções contidas neste Edital.

8.6.3. A pessoa candidata deverá guardar consigo, até a validação da inscrição, o comprovante de pagamento como instrumento de comprovação de pagamento da inscrição.

8.6.4. A pessoa candidata devidamente inscrita poderá, na data definida no cronograma constante no Anexo I deste Edital, acessar Área da Pessoa Candidata para consultar sobre a validação da sua inscrição.

8.6.5. A pessoa candidata cuja inscrição não estiver validada, em função de pagamento não confirmado, deverá, até o dia previsto no cronograma, enviar o respectivo Comprovante de Pagamento através do e-mail concursopublicodocenteifrn2025@funcern.br, para que seja analisado.

8.6.6. A inscrição somente será validada mediante confirmação, pela FUNCERN, do pagamento efetuado.

8.7. Caso seja realizado pagamento referente a mais de uma inscrição, será validada, apenas, a inscrição correspondente ao último pagamento efetuado.

8.8. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do Concurso Público, por conveniência da Administração do IFRN.

8.9. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição é intransferível.

8.10. Para se inscrever, a pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, ter Cadastro de Pessoa Física (CPF), documento de identificação e preencher o Formulário de Inscrição.

8.11. Para efeito de inscrição, serão considerados os seguintes documentos de identificação, com foto:

a) Carteira expedida pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Comandos Militares, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e por órgãos fiscalizadores (ordens, conselhos, etc.);

b) Passaporte;

c) Certificado de Reservista;

d) Carteiras funcionais do Ministério público ou expedidas por órgão público que, por Lei Federal, tenham validade como identidade;

e) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

f) Carteira Nacional de Habilitação.

8.12. No ato da inscrição, a pessoa candidata deverá indicar sua opção de Matéria/Disciplina.

8.12.1. Após o envio eletrônico do Formulário de Inscrição, será proibido substituir a opção da Matéria/Disciplina.

8.13. A FUNCERN não se responsabilizará pelo não recebimento de solicitação de inscrição via Internet por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou quaisquer fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

8.14. A pessoa candidata amparada pela Lei Federal nº. 13.656, de 30 de abril de 2018, tem direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição do Concurso Público, mediante as seguintes condições:

a) pertença à família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional; ou

b) seja doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

8.14.1. Para usufruir do respectivo direito à isenção, a pessoa candidata deverá:



a) realizar a inscrição no Concurso Público normalmente, e, em seguida, preencher o Requerimento de Isenção da taxa de pagamento disponibilizado na Área da Pessoa Candidata, no período indicado no cronograma do Concurso Público.

b) indicar, em local específico do Formulário de Inscrição, o Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico, e declarar, eletronicamente, que atende à condição; ou anexar, em local específico do Formulário de Inscrição, comprovante de sua inscrição no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) ou Carteira de Doador de Medula Óssea emitida pelo Redome, com data anterior à data de publicação do Edital.

8.14.2. A solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, realizada após o período descrito no cronograma constante no Anexo I deste Edital, será indeferida.

8.14.3. A FUNCERN consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pela pessoa candidata. O simples preenchimento do requerimento no Formulário de Inscrição não garante o deferimento do pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição.

8.14.4. As informações prestadas e a documentação comprobatória apresentada serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata, podendo a mesma, a qualquer momento, se agir de má fé, ao se utilizar de declaração falsa, sujeitar-se-á a sanções previstas em lei, incluindo o disposto no Parágrafo Único do Artigo 10, do Decreto nº. 83.936, de 6 de setembro de 1979, sendo também eliminada do Concurso Público e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

8.14.5. Serão desconsiderados os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição da pessoa que:

- a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) fraudar e/ou falsificar documentação;
- c) pleitear a isenção sem ter cumprido as condições estabelecidas neste Edital.

8.14.6. O resultado das solicitações de isenções será divulgado no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), em data prevista no cronograma constante no Anexo I, de modo a possibilitar, no caso de indeferimento, a realização da inscrição por meio do pagamento da taxa de inscrição, dentro do prazo geral concedido às demais pessoas candidatas.



8.15. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem, rigorosamente, ao estabelecido neste Edital.

8.16. A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar da isenção poderá fazê-lo no período constante no Anexo I deste Edital.

8.16.1. Para interpor recurso, a pessoa candidata deverá:

- a) acessar a Área da Pessoa Candidata, na qual estará disponível o Formulário específico para o requerimento;
- b) interpor seu recurso, contendo os argumentos recursais; e
- c) enviar eletronicamente o requerimento, dentro do prazo especificado neste Edital.

8.17. Poderá ser realizada a identificação biométrica digital das pessoas candidatas em qualquer fase do Concurso Público.

9. DAS SOLICITAÇÕES DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

9.1. A pessoa candidata que precisar de condições especiais para realizar as provas, deverá formular requerimento específico por meio da Área da Pessoa Candidata, informando o tratamento diferenciado adequado, acompanhado de laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores à publicação deste Edital, que ateste a condição justificadora da concessão da condição diferenciada, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

9.1.1. O requerimento e o laudo médico deverão ser enviados eletronicamente, através da Área da Pessoa Candidata, no prazo previsto no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

9.1.2. Fica assegurada a adequação de critérios para a realização e a avaliação das provas da pessoa candidata com deficiência, a ser efetivada por meio do acesso a tecnologias assistivas e a adaptações razoáveis, observado o disposto no Anexo IV deste Edital.

9.2. A solicitação de condições especiais para a realização das provas será atendida, obedecendo-se aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9.3. A condição especial será desconsiderada caso a pessoa candidata não cumpra o estabelecido no item 9.1. deste Edital.

9.4. A pessoa candidata que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por equipe multiprofissional ou por profissional especialista nos impedimentos apresentados por cada pessoa candidata, no prazo previsto no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

9.5. A pessoa candidata que necessitar de atendimento para surdez, deficiência auditiva, surdocegueira, dislexia e/ou transtorno do espectro autista fará jus à correção diferenciada da prova discursiva, caso seja aceito o requerimento de condição especial acompanhado de laudo médico, no prazo previsto no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

9.6. Nos termos do artigo 2º da Lei nº. 13.872, de 17 de setembro de 2023, fica assegurado à pessoa candidata lactante o direito de amamentar seus(as) filhos(as) de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das provas, mediante prévia solicitação.

9.6.1. A pessoa lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá apresentar requerimento à FUNCERN, através da Área da Pessoa Candidata, no período de inscrições e levar, no dia da aplicação das provas, uma pessoa acompanhante adulta, que ficará em sala reservada e que será responsável pela guarda da(s) criança(s).

9.6.2. A pessoa candidata lactante que não levar pessoa acompanhante adulta não realizará as provas.

9.6.3. A aferição da idade da criança será feita mediante declaração no ato da inscrição e a apresentação da respectiva Certidão de Nascimento, por meio da Área da Pessoa Candidata.

9.6.4. Durante o período de amamentação, a pessoa candidata lactante será acompanhada por fiscal.

9.6.5. A pessoa candidata lactante terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho(a).

9.6.6. O tempo despendido na amamentação será compensado, em igual período, durante a realização da prova.

9.7. As pessoas candidatas que desejarem ser identificadas por NOME SOCIAL devem fazer essa solicitação, mediante requerimento de atendimento especial durante o período de inscrição, através de formulário específico na Área da Pessoa Candidata.

9.7.1. Na inscrição, a pessoa candidata deverá indicar o NOME SOCIAL pelo qual deseja ser atendida, que estará vinculado ao seu nome civil, bem como ao documento de identidade, CPF e data de nascimento informados no ato da inscrição.

9.7.2. Além da informação do NOME SOCIAL, a pessoa candidata deverá anexar na Área da Pessoa Candidata os seguintes documentos em PDF, no limite de até 2MB:

a) fotografia atual nítida, individual, colorida, com fundo branco que enquadre desde a cabeça até os ombros, de rosto inteiro, sem o uso de óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares; e

b) cópia digitalizada frente e verso de um documento de identificação oficial com foto.

9.8. A pessoa candidata que solicitou o atendimento de condições especiais terá o seu pedido indeferido quando:

a) não anexar os documentos relacionados nos itens 9.1, 9.5 e/ou 9.6, conforme o caso;

b) os documentos anexados forem inválidos ou ilegíveis, inviabilizando sua análise; e



c) for identificada qualquer fraude nas informações prestadas e/ou nos documentos apresentados.

10. DA PROVA ESCRITA

10.1. A Prova Escrita, de caráter eliminatório e classificatório, será composta por uma Prova Objetiva, com questões de múltipla escolha, e uma Prova Discursiva, ambas organizadas de acordo com o quadro abaixo.

PROVA ESCRITA		Nº DE QUESTÕES
Prova Objetiva	Legislação do Serviço Público Federal	5 (cinco)
	Conhecimentos Específicos	25 (vinte e cinco)
Prova Discursiva	Educação Profissional e Tecnológica	1 (uma)

10.1.1. Cada questão de múltipla escolha conterá 4 (quatro) opções de respostas, das quais apenas uma está correta.

10.2. A Prova Escrita será realizada, preferencialmente, em Natal/RN, podendo, no entanto, ser aplicadas também em municípios circunvizinhos.

10.3. A data de aplicação da Prova Escrita está indicada no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

10.4. O local e o horário de realização da Prova Escrita serão divulgados no Cartão de Inscrição da pessoa candidata, no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), no período estabelecido no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

10.5. Cada pessoa candidata disporá de, no máximo, 4 (quatro) horas para responder a Prova Escrita e preencher a Folha de Respostas.

10.6. A pessoa candidata só poderá realizar a Prova Escrita no dia e local especificados pela FUNCERN, não havendo, em hipótese alguma, segunda chamada.

10.6.1. São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta do local de realização da Prova Escrita e o comparecimento no horário determinado no item 10.4, assim como a identificação de suas provas e cartões de respostas.

10.7. O acesso ao local onde se realizará a Prova Escrita ocorrerá com uma (1) hora de antecedência do horário previsto para o início e perdurará até 15 (quinze) minutos antes do horário definido em Edital para o início da realização das provas.

10.7.1. A pessoa candidata que chegar após o horário estabelecido no item 10.4 não terá acesso ao local de realização das provas e será eliminada do Concurso Público.

10.7.2. Os portões de acesso ao local de provas serão fechados pontualmente 15 (quinze) minutos antes do horário de início das provas, devendo a pessoa candidata chegar ao local com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência para o fechamento dos portões.

10.7.3. O início da aplicação da Prova Escrita ocorrerá no horário exato definido no cartão de inscrição da pessoa candidata.

10.8. Para ter acesso à sala de provas, a pessoa candidata deverá apresentar o original do mesmo documento de identificação utilizado no ato da inscrição, salvo quando explicitamente autorizado pela FUNCERN.

10.8.1. Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, que ateste o registro da ocorrência em órgão policial competente.

10.8.2. Não será aceita cópia de documento de identificação, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

10.9. A pessoa candidata deverá comparecer ao local designado para a realização da Prova Escrita munido, exclusivamente, de documento de identificação, de cartão de inscrição e de caneta esferográfica, de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.



10.9.1. Não será permitido à pessoa candidata portar ou utilizar armas, equipamentos eletrônicos (tais como celular, relógio, calculadora, tablet, notebook, câmera fotográfica ou similares), materiais didáticos e de escritório (tais como dicionário, apostila, livro, "dicas", corretivo líquido, lápis grafite, lapiseira, borracha ou similares) e materiais pessoais (tais como boné, óculos escuros, chapéu, viseira, gorro ou similares).

10.9.2. A pessoa candidata poderá dispensar o(s) equipamento(s) eletrônico(s) em envelope plástico fornecido pelo(a) fiscal.

10.9.3. O envelope plástico deverá ser lacrado pela pessoa candidata na presença do(a) fiscal e mantido pela pessoa candidata até se retirar definitivamente do local de provas.

10.9.4. O(s) equipamento(s) eletrônico(s) deverá(ão) estar desligado(s).

10.9.5. A FUNCERN não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos durante a realização das provas.

10.10. Cada pessoa candidata receberá um Caderno de Provas e duas Folhas de Respostas.

10.11. Na primeira hora de aplicação da prova, a pessoa candidata será identificada e deverá assinar a Ficha de Identificação Individual, as Folhas de Respostas e a capa do Caderno de Provas.

10.12. Nas Folhas de Respostas constarão, entre outras informações, o nome da pessoa candidata, seu número de inscrição, a opção de Matéria/Disciplina e o número do seu documento de identificação.

10.12.1. A pessoa candidata deverá conferir e verificar se os dados constantes nas Folhas de Respostas estão corretos e, se constatado algum erro, comunicá-lo imediatamente ao(à) fiscal da sala.

10.12.2. A pessoa candidata terá inteira responsabilidade sobre suas Folhas de Respostas e não deverá rasurá-las, dobrá-las, amassá-las ou danificá-las, visto que não serão substituídas em razão dos motivos elencados.

10.12.3. Na Folha de Respostas da Prova Objetiva, a pessoa candidata deverá marcar, exclusivamente, a opção que julgar correta para cada questão, seguindo, rigorosamente, as orientações e usando caneta esferográfica, de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.

10.12.4. Não será permitido que as marcações nas Folhas de Respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo no caso de a pessoa candidata tenha solicitado condição especial para esse fim e que tenha sido deferida pela FUNCERN.

10.13. A pessoa candidata que, por qualquer motivo, se ausentar do prédio onde estiver realizando as provas não mais terá acesso ao referido local.

10.14. Ao retirar-se definitivamente da sala de provas, a pessoa candidata deverá entregar ao(à) fiscal, as Folhas de Respostas e o Caderno de Provas.

10.14.1. A pessoa candidata deverá permanecer, no mínimo, uma hora na sala de provas.

10.15. No dia de realização da Prova Escrita, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo ou aos critérios de avaliação e de classificação.

10.16. A FUNCERN poderá, a qualquer momento da aplicação das provas, proceder à vistoria rigorosa em qualquer pessoa candidata, inclusive utilizando detector de metal.

10.17. Os Gabaritos Oficiais Preliminares da Prova Objetiva serão divulgados no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), até duas (2) horas após o tempo destinado ao término total da aplicação das provas.

10.18. A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o Gabarito Oficial Preliminar de cada Prova Objetiva poderá fazê-lo no período constante no Anexo I deste Edital.

10.18.1. Para interpor recurso, a pessoa candidata deverá:

a) acessar a Área da Pessoa Candidata, na qual estará disponível o Formulário específico para o requerimento;

b) interpor seu recurso, contendo os argumentos recursais; e



c) enviar eletronicamente o requerimento, dentro do prazo especificado neste Edital.

10.18.2. O recurso não poderá conter qualquer informação que leve à identificação da pessoa candidata.

10.18.3. O recurso que contiver identificação da pessoa candidata, no texto recursal, não será admitido e, conseqüentemente, o mérito do recurso não será julgado.

10.19. A pessoa candidata deverá consultar, na Área da Pessoa Candidata, o dia e o horário para conhecimento da Decisão da Banca de Revisão da Prova Objetiva.

10.20. Se houver alteração de resposta de Gabarito Oficial Preliminar, esta valerá para todas as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido ou não.

10.21. Na hipótese de alguma questão de múltipla escolha vir a ser anulada, o seu valor em pontos será contabilizado em favor de todas as pessoas candidatas.

10.22. Os Gabaritos Oficiais Definitivos da Prova Objetiva serão divulgados no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), na data definida no Anexo I deste Edital.

10.23. As Folhas de Resposta da Prova Objetiva serão corrigidas por sistema eletrônico de computação.

10.23.1. Será atribuída nota zero à questão sem marcação ou com mais de uma marcação.

10.24. A Prova Objetiva valerá 70 (setenta) pontos.

10.24.1. As questões da Prova Objetiva terão os seguintes pesos:

a) Legislação do Serviço Público Federal - peso 1; e

b) Conhecimentos Específicos - peso 2.

10.25. A Nota da Prova Objetiva será a média aritmética ponderada entre o número de acertos de cada tipo de questão e os respectivos pesos, com valor expresso com duas casas decimais, dada pela equação:

$$NPO = [(1 \times QL + 2 \times QCE) / 3] \times (210 / 55)$$

em que:

NPO é a nota da Prova Objetiva,

QL é o número de acertos em questões de Legislação do Serviço Público Federal e

QCE é o número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos.

10.26. Somente será corrigida a Prova Discursiva de pessoa candidata que acertar, no mínimo, 60% das questões da Prova Objetiva.

10.27. Antes da correção da Prova Discursiva, serão convocadas para aferição de autodeclaração de pessoas com deficiência (Avaliação Biopsicossocial) e de pessoas autodeclaradas negras-pretas-pardas (Avaliação de Heteroidentificação) os seguintes quantitativos de pessoas candidatas que não tenham sido eliminadas, conforme disposições do item 10.33, respeitando-se os limites quantitativos estabelecidos no quadro a seguir, na ordem de classificação.

NÚMERO DE VAGAS DA MATÉRIA/DISCIPLINA	NÚMERO DE PESSOAS CANDIDATAS A SEREM CONVOCADAS PARA OS PROCESSOS DE AFERIÇÃO DE AUTODECLARAÇÃO	
	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS NEGRAS-PRETAS-PARDAS
1	8	16
2 ou 3	12	24
4 ou 5	16	32
6 ou mais	20	36

10.27.1. Caso o total de pessoas candidatas com a autodeclaração aferida e validada não atinja os quantitativos descritos no quadro previsto no item 10.27, serão convocadas na Área da Pessoa Candidata para aferição tantas pessoas candidatas quantas forem necessárias para completar os



respectivos quantitativos, mantendo-se a ordem de classificação e dentro do prazo previsto no cronograma constante no Anexo I deste Edital, que trata da realização do Processo de Heteroidentificação ou da Avaliação Biopsicossocial.

10.28. Somente será corrigida a Prova Discursiva das pessoas candidatas que não tenham sido eliminadas, conforme disposições do item 10.31, respeitando-se os limites quantitativos estabelecidos no quadro a seguir, observando-se a ordem de classificação:

NÚMERO DE VAGAS DA MATÉRIA/DISCIPLINA	NÚMERO DE PESSOAS CANDIDATAS QUE TERÃO A PROVA DISCURSIVA CORRIGIDA			
	AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS NEGRAS-PRETAS-PARDAS	TOTAL
1	28	4	8	40
2 ou 3	42	6	12	60
4 ou 5	56	8	16	80
6 ou mais	62	10	20	90

10.28.1. No caso de uma pessoa candidata estar inscrita em ambas as reservas de vaga, para fins da alocação no quadro do item 10.28 será considerado o posicionamento da pessoa candidata na lista de pessoas negras-pretas-pardas, ressalvada a permanência dela em todas as listas de reserva aplicáveis e cabíveis, conforme normas editalícias, após os resultados dos procedimentos de aferição de Heteroidentificação e da Avaliação Biopsicossocial.

10.29. A Prova Discursiva exigirá que a pessoa candidata produza um texto dissertativo, com no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, segundo a norma-padrão (linguagem culta) da língua portuguesa escrita, independentemente da opção da Matéria/Disciplina.

10.30. A Prova Discursiva valerá 30 (trinta) pontos.

10.30.1. A Prova Discursiva será avaliada, isoladamente, por Banca Examinadora composta por dois (2) profissionais, sendo uma pessoa da área de língua portuguesa e uma da área de educação, garantindo-se que pelo menos uma delas possua formação acadêmica em nível de doutorado, em conformidade com este Edital.

10.30.2. A Nota da Prova Discursiva será única, com valor expresso com até uma casa decimal.

10.30.3. A Prova Discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta), segundo os critérios e as pontuações descritas no quadro a seguir.

10.30.4. A Banca Examinadora só avaliará a resposta da Prova Discursiva inserida no espaço reservado para esse fim, escrita com caneta esferográfica, de tinta na cor preta, em todo o texto.

10.30.5. As notas da Prova Discursiva serão lançadas em Folhas de Avaliação e processadas eletronicamente.

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Textualidade/Argumentação	Coesão e coerência: Espera-se que o(a) candidato(a) escreva um texto adequado à situação de comunicação, ao tipo e ao gênero textual solicitados com uso adequado de mecanismos coesivos;	5 (cinco) pontos
	Capacidade Lógica de exposição e de argumentação: Espera-se que o(a) candidato(a) apresente um texto com progressão textual, coerência interna e com os fatos/informações externos;	
	Capacidade de análise crítica e síntese: Espera-se que o(a) candidato(a), de forma crítica e sintética, exponha seu ponto de vista.	
Modalidade escrita	Domínio da expressão escrita formal em língua portuguesa: Espera-se que o(a) candidato(a) em sua resposta utilize adequadamente os recursos linguísticos nos âmbitos ortográfico, morfológico, sintático, semântico, estilístico e pragmático; Domínio da linguagem acadêmica: Espera-se que o(a) candidato(a) utilize a linguagem da esfera acadêmica, sem expressões coloquiais e do senso comum.	10 (dez) pontos



Conhecimentos específicos	Domínio do conteúdo expresso na ementa relativa à prova escrita de Educação Profissional e Tecnológica: Espera-se que a pessoa candidata demonstre apropriação dos conteúdos expressos.	15 (quinze) pontos
---------------------------	---	--------------------

10.31. Será atribuída nota 0 (zero) à Prova Discursiva que:

- a) estiver em branco;
- b) for redigida fora do espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Resposta;
- c) for redigida de forma ilegível;
- d) não for redigida com caneta esferográfica de tinta na cor preta;
- e) contiver quantidade mínima de linhas inferior ao determinado no item 10.29;
- f) fugir ao tema central da questão; e
- g) contiver identificação da pessoa candidata fora do espaço reservado para esse fim.

10.32. Conforme disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, será garantida a adoção de critérios de avaliação da Prova Discursiva que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

10.33. Será eliminada do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a pessoa candidata que:

- a) não obtiver o mínimo de 60% de acertos na Prova Objetiva e de 18 (dezoito) pontos na Prova Discursiva;
- b) não acertar nenhuma questão de Legislação do Serviço Público Federal da Prova Objetiva;
- c) ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando as Folhas de Respostas ou o Caderno de Provas;
- d) descumprir as instruções contidas no Caderno de Provas ou nas Folhas de Respostas;
- e) identificar-se no Caderno de Provas ou nas Folhas de Respostas das Provas Objetiva e Discursiva, em espaço diferente daquele reservado para esse fim; ou
- f) preencher qualquer uma das Folhas de Respostas da Prova Objetiva ou da Prova Discursiva com material diferente do estabelecido no item 10.9.

10.34. A Nota da Prova Escrita será a soma da Nota da Prova Objetiva com a Nota da Prova Discursiva, com valor expresso com duas casas decimais.

11. DA PROVA DE DESEMPENHO

11.1. A Prova de Desempenho consistirá de uma Aula Expositiva, realizada perante Banca Examinadora, designada pela FUNCERN, composta por 3 (três) profissionais da docência, sendo duas pessoas da área da Matéria/Disciplina para a qual se inscreveu a pessoa candidata e uma da área técnico/pedagógica, garantindo-se que pelo menos uma delas possua formação acadêmica em nível de doutorado, em conformidade com este Edital, com o objetivo de avaliar os conhecimentos específicos e a capacidade didático-pedagógica da pessoa candidata.

11.2. Serão convocadas para a Prova de Desempenho somente as pessoas candidatas que não tenham sido eliminadas do Concurso Público, dentro do limite do quantitativo descrito no quadro abaixo, acrescido das pessoas candidatas em situação de empate aprovadas na última colocação na Nota da Prova Escrita.

NÚMERO DE VAGAS DA MATÉRIA/DISCIPLINA	NÚMERO DE PESSOAS CANDIDATAS QUE TERÃO A PROVA DISCURSIVA CORRIGIDA			
	AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS NEGRAS-PRETAS-PARDAS	TOTAL
1	14	2	4	20
2 ou 3	21	3	6	30
4 ou 5	28	4	8	40
6 ou mais	31	5	9	45



11.2.1. No caso de uma pessoa candidata estar inscrita em ambas as reservas de vaga, para os fins da alocação do quadro do item 11.2, será considerado o posicionamento da pessoa candidata na lista de pessoas negras-pretas-pardas, ressalvada a permanência dela em todas as listas de reserva aplicáveis e cabíveis, conforme normas editalícias, após os resultados dos procedimentos de aferição de Heteroidentificação e da Avaliação Biopsicossocial.

11.3. A Prova de Desempenho, de caráter classificatório e eliminatório, será avaliada pela Banca Examinadora, na escala de 0 (zero) a 100 (cem), segundo os critérios e as pontuações descritas no quadro a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Plano de Aula	Composição do plano: identificação, objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, recursos didáticos, avaliação e referências; Qualidade do material impresso: ortografia, layout, tipografia e impressão;	20 pontos
	Coerência e clareza dos objetivos; Detalhamento dos conteúdos; Coerência entre objetivos e conteúdos planejados; Detalhamento dos procedimentos metodológicos a serem utilizados;	
	Descrição dos recursos didáticos coerentes com os procedimentos metodológicos; Descrição dos procedimentos de avaliação da aprendizagem correlatos com objetivos e conteúdos planejados; Apresentação das referências, segundo as normas da ABNT.	
Desenvolvimento da Aula	Clareza na exposição dos objetivos da aula; Contextualização do tema; Organização dos conteúdos: seleção, sequência lógica, atualidade e adequação à série e ao curso;	60 pontos
	Clareza, domínio e segurança na exposição dos conteúdos; Articulação teoria-prática; Coerência entre o plano e o desenvolvimento da aula; Organização e emprego apropriado dos recursos didáticos;	
	Gestão do tempo da aula; Utilização de estratégias e instrumentos avaliativos para verificação da aprendizagem em conformidade com objetivos planejados e conteúdo da aula; Adequação da linguagem técnica para a série e o curso.	
Habilidades Inter-relacionais na Prática Docente	Clareza na comunicação; Adequação da linguagem à situação comunicativa de sala de aula;	20 pontos
	Motivação e criatividade no desenvolvimento da aula; Movimentação em sala; Organização do ambiente; Espontaneidade e autocontrole.	
Total		100 pontos



11.4. A convocação das pessoas candidatas com a data, o horário e o local para realização do sorteio de temas e da Prova de Desempenho serão divulgados no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), no período estabelecido no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

11.4.1. O tema da Prova de Desempenho será sorteado, em sessão pública, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da Prova de Desempenho, perante membros da FUNCERN, obrigatoriamente, e das pessoas candidatas, se o desejarem.

11.4.2. A ordem de realização do sorteio do tema e, por conseguinte, da Prova de Desempenho será definida de acordo com a ordem crescente de classificação da Prova Escrita.

11.4.3. Uma hora após a realização do sorteio, serão divulgados, no site da FUNCERN, os dados referentes aos temas para realização da Prova de Desempenho para cada pessoa candidata.

11.4.4. Na hipótese de ausência de uma ou mais pessoas candidatas convocadas para a Prova de Desempenho, não haverá outras convocações.

11.4.5. As Provas de Desempenho serão aplicadas em qualquer dia da semana e serão realizadas, preferencialmente, em Natal/RN, podendo, no entanto, ser aplicadas também em municípios circunvizinhos.

11.5. A pessoa candidata só poderá realizar a prova no dia e local especificados pela FUNCERN, não havendo, em hipótese alguma, segunda chamada.

11.5.1. São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta do local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado no item 11.4 deste Edital.

11.6. A pessoa candidata deverá comparecer ao local da Prova de Desempenho, no mínimo, 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para a realização da atividade.

11.6.1. A pessoa candidata que chegar após o horário previsto para a realização da atividade relativa à Prova de Desempenho não terá acesso à sala de provas.

11.7. Para ter acesso à sala da Prova de Desempenho, a pessoa candidata deverá apresentar o original do mesmo documento de identificação utilizado no ato de inscrição no Concurso Público, salvo quando explicitamente autorizado pela FUNCERN, conforme normas previstas em Edital.

11.7.1. Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, que ateste o registro da ocorrência em órgão policial.

11.7.2. Não será aceita cópia de documento de identificação, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

11.8. A pessoa candidata será identificada e deverá assinar a Ficha de Identificação Individual.

11.9. Cada avaliador(a) atribuirá, para cada critério, uma pontuação expressa em número inteiro.

11.9.1. As notas da Prova de Desempenho de cada membro(a) avaliador(a) da Banca Examinadora serão lançadas em Folhas de Avaliação e processadas eletronicamente.

11.10. O Plano de Aula da(s) Matéria(s)/Disciplina(s) de línguas estrangeiras devem ser desenvolvidos no idioma objeto da vaga pleiteada.

11.11. A Prova de Desempenho será gravada, para efeito de registro e de avaliação por parte da Banca Examinadora, em sessão pública, aberta a qualquer pessoa, observada a capacidade da sala de prova.

11.11.1. Para acesso do público à sala de prova, será necessário apresentar documento de identificação conforme disposto no item 8.11.

11.11.2. Não será permitido, à pessoa candidata ou ao público presente, portar ou utilizar armas, equipamentos eletrônicos (tais como celular, relógio, calculadora, tablet, notebook, câmera fotográfica, aparelho de som e similares), materiais didáticos e de escritório (tais como dicionário, apostila, livro, "dicas", corretivo líquido, lápis grafite ou lapiseira e borracha e similares) e materiais pessoais (tais como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares).

11.11.3. Será proibida, na sessão pública, a permanência de qualquer pessoa que perturbe a ordem da atividade, desacate ou desrespeite quaisquer das pessoas envolvidas nos trabalhos.

11.12. Durante a Prova de Desempenho, a pessoa candidata poderá ser eliminada do Concurso Público caso ocorra qualquer tipo de:

- a) arguição da Banca Examinadora e demais presentes à pessoa candidata; ou
- b) interação da pessoa candidata com o público presente à sessão.

11.13. No início da Prova de Desempenho, a pessoa candidata entregará à Banca Examinadora um Plano de Aula em 3 (três) vias impressas.

11.14. O Desenvolvimento da Aula terá duração de 45 (quarenta e cinco) minutos.



11.15. Somente poderão ser utilizados no Desenvolvimento da Aula os recursos didáticos e audiovisuais disponibilizados pela FUNCERN.

11.15.1. Serão disponibilizados, para a aula expositiva, computador com sistema operacional MS Windows 10 ou superior e aplicativos MS Power Point e leitor de arquivos em PDF; quadro branco; projetor multimídia; pincel para quadro branco; e apagador para quadro branco.

11.16. A Nota da Prova de Desempenho será o resultado obtido pela média aritmética simples das três notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora, com valor expresso com quatro casas decimais.

11.17. Serão eliminadas do Concurso Público as pessoas candidatas que:

- a) não obtiverem pelo menos 60 (sessenta) pontos na Nota da Prova de Desempenho;
- b) desenvolverem aula sobre tema diferente do sorteado;
- c) chegarem após o horário previsto para a realização da Prova de Desempenho.

11.18. O resultado da Prova de Desempenho será divulgado no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), na data estabelecida no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

11.19. A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o resultado da Prova de Desempenho poderá fazê-lo no período constante no Anexo I deste Edital.

11.19.1. Para interpor recurso, a pessoa candidata deverá:

- a) acessar o sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), no qual estará disponível o Formulário Específico para requerimento;
- b) interpor seu recurso, contendo o pedido e os argumentos recursais; e
- c) enviar eletronicamente o requerimento.

11.20. A pessoa candidata deverá consultar, no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), o dia e o horário para conhecimento da Decisão da Banca da Prova de Desempenho sobre o recurso interposto.

12. DA PROVA DE TÍTULOS

12.1. A Prova de Títulos consistirá da análise da formação e atuação acadêmica e profissional da pessoa candidata, por meio de comprovação documental.

12.2. Somente serão analisados os títulos das pessoas candidatas consideradas aprovadas na Prova Escrita e que tenham sido convocadas para Prova de Desempenho, conforme estabelecido no item 11.2, respeitando-se o quantitativo máximo de aprovados previsto nesse mesmo item.

12.3. A Prova de Títulos valerá 100 (cem) pontos, com valor expresso sem casas decimais.

12.4. A Nota da Prova de Títulos será aquela atribuída pela Banca Examinadora, a partir da avaliação dos documentos comprobatórios apresentados pela pessoa candidata.

12.5. A Prova de Títulos será pontuada por profissionais capacitados, designados(as) pela FUNCERN.

12.6. A Avaliação de Títulos consistirá na análise dos itens descritos no quadro a seguir, com a respectiva pontuação máxima.

DESCRIÇÃO		VALOR
a) Titulação acadêmica (*1)	Doutorado, com diploma expedido ou revalidado por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.	50 pontos
	Mestrado, com diploma expedido ou revalidado por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.	30 pontos
	Especialização, com certificado expedido ou revalidado por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.	10 pontos
b) Experiência no Ensino (*2)	Exercício de magistério na área da Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público, em Instituição Pública ou Privada de Educação Profissional e Tecnológica, com valor de 3 pontos por semestre.	Máximo 9 pontos



	Exercício de magistério na área da Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público, na educação superior em outras instituições de ensino, com valor de 3 pontos por semestre.	Máximo 6 pontos
	Exercício de magistério na área da Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público, no ensino médio em outras instituições de ensino, com valor de 2 pontos por semestre.	Máximo 6 pontos
c) Experiência em Pesquisa (*3)	Autoria ou coautoria de livro editado, com ISBN, relacionado com a Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público, com valor de 2 pontos por livro.	Máximo 4 pontos
	Autoria ou coautoria de capítulo de livro, com ISBN, relacionado com a Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público, com valor de 1 ponto por capítulo de livro.	Máximo 2 pontos
	Autoria ou coautoria de trabalho científico completo publicado em periódico internacional ou anais de conferência internacional relacionado com a Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público, com valor de 2 pontos por trabalho científico.	Máximo 4 pontos
	Autoria ou coautoria de trabalho científico completo publicado em periódico nacional ou anais de conferência nacional relacionado com a Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público, com valor de 1 ponto por trabalho científico.	Máximo 2 pontos
d) Experiência em Extensão (*4)	Autoria, coautoria ou coordenação de projeto de extensão relacionado com a Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público e desenvolvido através de instituição de ensino, com duração superior a 12 meses, com valor de 2 pontos por projeto.	Máximo 6 pontos
	Autoria, coautoria ou coordenação de projeto de extensão relacionado com a Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público e desenvolvido através de instituição de ensino, com duração entre 3 e 12 meses (inclusive), com valor de 1 ponto por projeto.	Máximo 3 pontos
e) Experiência em Internacionalização (*5)	Experiência internacional presencial relacionada com a Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público, nas formas de intercâmbio estudantil de graduação e intercâmbio profissional durante ou após a formação de graduação (excluída a pós-graduação), com valor de 1 ponto por experiência.	Máximo 2 pontos
f) Experiência profissional (*2)	Experiência profissional fora do magistério em instituições e empresas com atuação relacionada com a Matéria/Disciplina objeto do Concurso Público, com valor de 1 ponto por ano de serviço.	Máximo 6 pontos
Total máximo		100 pontos

OBSERVAÇÕES:

(*1) Os títulos referentes à alínea "a" não são cumulativos, sendo considerado apenas o título que garantir maior pontuação para a pessoa candidata. Os títulos somente serão válidos mediante comprovação por meio de: Certificado de Conclusão de Especialização (frente e verso, com histórico no verso); Diploma de Mestrado ou de Doutorado (frente e verso);

(*2) Os títulos referentes às alíneas "b" e "f" somente serão válidos mediante comprovação por meio de Carteira de Trabalho, Certidão de Tempo de Serviço, Contrato de Trabalho, Certidão de Prestação de Serviços ou Declaração de atividades.

(*3) Os títulos referentes à alínea "c", somente serão válidos mediante comprovação das publicações, sendo:

i) para livro ou capítulo de livro: cópia da capa, da ficha catalográfica e do sumário; e

ii) para trabalho científico: cópia da carta/comprovante de aceite, primeira página do artigo (desde que contenha o nome do autor e o título do trabalho) e, quando houver, DOI (Digital Object Identifier).

(*4) Os títulos referentes à alínea "d", somente serão válidos mediante comprovação oficial por meio de termo de convênio, portaria de instituição pública ou contrato com órgão/agência de financiamento.

(*5) Os títulos referentes à alínea "e", somente serão válidos mediante comprovação oficial por meio de:



a) Declaração ou Certificado de realização da atividade em papel timbrado assinada(o) pelo setor internacional competente (serviços acadêmicos, conselhos universitários, escritórios de relações internacionais, chefias de departamentos ou de gestão de pessoas); e

b) Certidão de Movimentos Migratórios, emitida pela Polícia Federal Brasileira, em que conste, explicitamente, o afastamento do Brasil no período correspondente à experiência.

c) Quando o documento não estiver em língua portuguesa, será necessária a apresentação de uma tradução juramentada do documento ou uma tradução assinada por um licenciado/bacharel na língua estrangeira mediante nome completo, CPF e diploma do curso de graduação na língua estrangeira.

12.6.1. Para avaliação da Prova de Títulos, será considerada a definição de ÁREA conforme o item 1.8.

12.7. A submissão dos documentos para a Prova de Títulos será realizada, exclusivamente via Internet, no período previsto no cronograma constante no Anexo I deste Edital, observando-se os seguintes procedimentos:

a) acessar a Área da Pessoa Candidata (<https://inscricoes.funcern.org>), na qual estará disponível o Formulário de Títulos;

b) anexar, em local próprio na Área da Pessoa Candidata, até 5 (cinco) arquivos em formato PDF, com a documentação comprobatória para a Prova de Títulos.

12.7.1. Cada arquivo deverá possuir o tamanho máximo de 2 MB.

12.8. A pessoa candidata que não apresentar a documentação para a Prova de Títulos, no prazo previsto no cronograma constante no Anexo I deste Edital, receberá nota 0,0 (zero), valendo, para a classificação geral, apenas, a pontuação obtida nas fases anteriores.

12.9. O resultado da Prova de Títulos será divulgado no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), na data estabelecida no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

12.10. A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o resultado da Prova de Títulos poderá fazê-lo no período previsto no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

12.10.1. Para interpor recurso, a pessoa candidata deverá:

a) acessar a Área da Pessoa Candidata, na qual estará disponível o Formulário Específico para requerimento;

b) interpor seu recurso contendo pedido e argumentos recursais; e

c) enviar eletronicamente o requerimento.

12.10.2. Não será permitido à pessoa candidata acrescentar (enviar ou reenviar) qualquer documento aos títulos apresentados, devendo o recurso interposto ser produzido, apenas, por meio de texto fundamentado.

12.11. A pessoa candidata deverá consultar, no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>), o dia e o horário para conhecimento da decisão da Banca da Prova de Títulos sobre o recurso interposto.

13. DOS CRITÉRIOS DE ELIMINAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

13. Além dos critérios definidos nos itens 7.17, 8.4, 10.7.1, 10.33, 11.6.1, 11.17, 13.5 e 15.12, será eliminada do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a pessoa candidata que:

a) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo estabelecido;

b) afastar-se da sala de aplicação/realização das provas, a não ser em caráter definitivo, sem o acompanhamento de fiscal;

c) for surpreendida portando materiais descritos no subitem 10.9.1;

d) for surpreendida fornecendo e/ou recebendo auxílio para a execução das provas;

e) atentar contra a disciplina ou desacatar a quem quer que esteja investido de autoridade para supervisionar, coordenar, fiscalizar ou orientar a aplicação das provas;

f) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;



- g) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do Concurso Público;
- h) usar dados de identificação de terceiros para realizar a sua inscrição;
- i) chegar após o horário estabelecido para o acesso ao local onde se realizarão as provas;
- j) comunicar-se com outras pessoas candidatas ou qualquer pessoa estranha ao Concurso Público durante a aplicação das provas;
- k) burlar ou tentar burlar quaisquer das normas definidas neste Edital; ou
- l) cometer falsidade ideológica com prova documental.

13.2. Para as pessoas candidatas não eliminadas, a Nota Final (NF) será calculada pela equação:

$$NF = 0,4 \times NPE + 0,3 \times NPD + 0,3 \times NPT$$

em que:

NPE é a Nota da Prova Escrita,

NPD é a Nota da Prova de Desempenho e

NPT é a Nota da Prova de Títulos.

13.2.1. Para efeito de apresentação dos resultados da Nota Final, levar-se-á em conta o arredondamento para duas casas decimais (0,005 arredonda para 0,01).

13.3. Ocorrendo empate na Nota Final entre as pessoas candidatas aos cargos, terá preferência, na seguinte sequência, a pessoa candidata que:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste Concurso Público, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei Federal nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- b) obtiver maior nota na Prova Escrita;
- c) obtiver maior nota na Prova de Desempenho;
- d) obtiver maior nota na Prova de Títulos;
- e) possuir maior titulação acadêmica;
- f) tiver maior idade; ou
- g) for sorteada.

13.3.1. Em caso de empate envolvendo pessoa candidata idosa (artigo 27, da Lei Federal nº. 10.741/2003), serão classificadas, sucessivamente, as de idade mais elevada e essa regra terá precedência sobre todas as demais, nos termos do mencionado artigo 27, parágrafo único, da referida lei.

13.3.2. Em caso de persistir empate na Nota Final, após aplicação do item 13.3, nenhuma das pessoas candidatas empatadas na última classificação de aprovados será considerada reprovada.

13.4. O IFRN homologará e publicará no Diário Oficial da União a relação das pessoas candidatas aprovadas no Certame, classificadas de acordo com Anexo II, do Decreto nº 9.739/2019, por ordem de classificação.

13.5. As pessoas candidatas não classificadas no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II, do Decreto nº 9.739/2019, discriminados na Seção 2 deste Edital, em cada Matéria/Disciplina, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente eliminadas do Concurso Público.

14. DO APROVEITAMENTO DE PESSOAS CANDIDATAS

14.1. No interesse da Administração do IFRN, as pessoas candidatas classificadas acima do número de vagas disponibilizadas no presente Edital poderão ser aproveitadas por outra Instituição Federal de Ensino para provimento de cargo idêntico àquele para o qual foram aprovadas, desde que os requisitos de habilitação acadêmica e profissional sejam os mesmos, os cargos tenham iguais denominação e descrição, as mesmas atribuições, competências, direitos e deveres e que sejam observadas a ordem de classificação, a vigência do Concurso Público e a legislação pertinente.



14.2. Se a pessoa candidata aceitar vaga oferecida por outra instituição, a mesma não poderá mais ser nomeada no âmbito do IFRN.

14.3. Caso a pessoa candidata recuse a vaga oferecida por outra instituição, seu nome permanecerá na lista de classificação deste Edital.

14.4. A não aceitação da vaga autoriza o aproveitamento da pessoa candidata ocupante da classificação imediatamente posterior, considerando, também, as diferentes listas de reserva de vagas.

15. DA NOMEAÇÃO E INVESTIDURA NO CARGO

15.1. A pessoa candidata aprovada será convocada para nomeação, rigorosamente de acordo com a classificação obtida no Resultado Final, considerando-se as vagas existentes ou que venham a existir para a Matéria/Disciplina a que concorreu, no quadro permanente do IFRN.

15.2. A investidura em cargo público será feita sob a égide da Lei Federal nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, obedecendo à ordem de Classificação Final (Homologação) das pessoas candidatas, de acordo com as necessidades do IFRN e seguindo as determinações deste Edital, com prévia publicação de nomeação no Diário Oficial da União.

15.3. A pessoa candidata convocada será submetida ao exame médico admissional sob a responsabilidade do IFRN, de caráter eliminatório, que a comprove apta para o cargo.

15.4. Para obtenção do atestado ocupacional será necessária a apresentação de exames que serão discriminados pelo IFRN na ocasião da convocação.

15.4.1. Poderão ser exigidos outros exames, a depender da avaliação durante a Inspeção Médica.

15.4.2. A pessoa candidata deverá providenciar, às suas expensas, os exames laboratoriais e complementares necessários.

15.5. Não será empossada a pessoa candidata considerada inapta no exame médico admissional.

15.6. As pessoas candidatas aprovadas, conforme disponibilidade de vagas, terão sua nomeação publicada no Diário Oficial da União.

15.7. A pessoa candidata aprovada será convocada para nomeação por correspondência oficial direta para o e-mail cadastrado no Formulário de Inscrição, obrigando-se a declarar, por escrito, se aceita ou não o cargo.

15.8. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo Termo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação da nomeação no Diário Oficial da União.

15.8.1. O(a) servidor(a) será exonerado(a) do cargo se não entrar em exercício em até 15 (quinze) dias, contados da data da posse (artigo 15, da Lei Federal nº. 8.112/1990).

15.9. Para fins de possível convocação, a pessoa candidata aprovada será responsável pela correção e atualização de endereço e telefones, durante a vigência do Concurso Público.

15.10. Os documentos que comprovem os requisitos básicos para investidura no cargo serão exigidos por ocasião do provimento das vagas, de acordo com o que dispõe o artigo 5º, incisos I a VI, e § 1º, do mesmo artigo, da Lei Federal nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas posteriores alterações.

15.11. No ato da admissão, deverão ser apresentados originais e cópias de documentos solicitados pelo IFRN, no momento da convocação, como condição para a posse da pessoa candidata.

15.12. Serão eliminadas do Concurso Público as pessoas candidatas nomeadas que:

a) não comparecerem ao exame médico admissional;

b) não forem consideradas aptas, no exame médico admissional, para o exercício das atividades do cargo; ou

c) não comparecerem às convocações para a posse.

15.13. A pessoa candidata nomeada que, por qualquer motivo, não venha a tomar posse dentro do prazo legal terá o ato de nomeação tornado sem efeito.



15.14. A nomeação das pessoas candidatas autodeclaradas negras-pretas-pardas e Pessoas com Deficiência aprovadas respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total por cargo e o número de vagas reservadas a pessoas candidatas com deficiência e a pessoas candidatas autodeclaradas negras-pretas-pardas.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O presente Concurso Público e as subsequentes providências referentes ao provimento dos cargos nele contemplados obedecem aos dispositivos da Lei Federal nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas posteriores alterações.

16.2. Em hipótese alguma serão aceitos:

a) recursos relativos a preenchimento incompleto, equivocado ou incorreto das Folhas de Resposta da Prova Escrita;

b) revisão do resultado do recurso;

c) recurso contra Resultados Oficiais Definitivos.

16.3. O Concurso Público será válido por 2 (dois) anos e prorrogável uma única vez, por igual período.

16.4. A pessoa candidata poderá obter informações referentes ao Concurso Público junto à FUNCERN, via Internet, no endereço eletrônico (<http://www.funcern.br>) ou ainda pelo e-mail concursopublicodocenteifrn2025@funcern.br, o qual tem o prazo de 48h úteis para responder.

16.5. Não serão fornecidas informações de documentos pessoais de pessoas candidatas a terceiros, em atenção a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

16.6. É de inteira responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público no Diário Oficial da União e/ou no sítio da FUNCERN (<http://www.funcern.br>).

16.7. A inexatidão das afirmativas ou a falsidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente à realização do Concurso Público, implicarão eliminação sumária da pessoa candidata, ressalvado o direito à ampla defesa, sendo declarados nulos, de pleno direito, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial.

16.8. A classificação no Concurso Público não assegura à pessoa candidata aprovada o direito ao ingresso automático no cargo, mas a expectativa de nele ser admitida, seguindo a ordem de classificação.

16.8.1. A concretização desse ato fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes e ao interesse, juízo e conveniência da Administração do IFRN.

16.9. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão analisados pela FUNCERN e encaminhados, se necessário, à Comissão de Fiscalização do Concurso Público designada pelo IFRN.

16.10. A pessoa candidata investida no cargo deverá, durante o período de estágio probatório, concluir e ser aprovado em curso(s) de desenvolvimento inicial, indicado(s) pelo IFRN.

Natal/RN, 15 de abril de 2025

José Arnóbio de Araújo Filho

Reitor do IFRN

ANEXO I - CRONOGRAMA PARA O CONCURSO PÚBLICO

ATIVIDADE/FASE	DATA/PERÍODO
Publicação do Edital de abertura do Concurso Público	17/04/2025
Interposição de recurso contra o Edital	18/04/2025 e 19/04/2025
Resultado do recurso contra o Edital	25/04/2025
Publicação de retificação ao Edital de abertura do Concurso Público (em caso de haver recurso aceito)	26/04/2025



Inscrições	30/04/2025 a 03/06/2025
Requerimento de isenção da taxa de pagamento (Área da Pessoa Candidata)	30/04/2025 a 11/05/2025
Requerimento de condições especiais para realização de provas	30/04/2025 a 03/06/2025
Resultado preliminar do requerimento de isenção da taxa de pagamento (Área da Pessoa Candidata)	19/05/2025
Interposição de recurso contra o resultado preliminar do requerimento de isenção da taxa de pagamento	21/05/2025
Divulgação do resultado definitivo do requerimento de isenção da taxa de pagamento (Área da Pessoa Candidata)	24/05/2025
Prazo final para pagamento da taxa de inscrição	04/06/2025
Solicitação de validação de inscrição por meio da apresentação de comprovante de pagamento (Canal de Atendimento)	09/06/2025 e 10/06/2025
Divulgação das inscrições confirmadas (Área da Pessoa Candidata)	12/06/2025
Divulgação do resultado definitivo das condições especiais para realização de provas (Área da Pessoa Candidata)	13/06/2025
Divulgação do Cartão de Inscrição do Candidato e do local da Prova Escrita (Área da Pessoa Candidata)	04/07/2025
Aplicação da Prova Escrita	20/07/2025
Divulgação do Gabarito Preliminar das questões objetivas da Prova Escrita (Site da FUNCERN)	20/07/2025
Interposição de recursos contra o Gabarito Preliminar das questões objetivas da Prova Escrita (Área da Pessoa Candidata)	21/07/2025
Alteração de dados cadastrais pelas pessoas candidatas (Área da Pessoa Candidata)	23/04/2025 a 24/07/2025
Resposta aos recursos contra o Gabarito Preliminar das questões objetivas da Prova Escrita (Área da Pessoa Candidata)	28/07/2025
Divulgação do Gabarito Definitivo das questões objetivas da Prova Escrita (Site da FUNCERN)	29/07/2025
Resultado preliminar da prova objetiva da Prova Escrita (Site da FUNCERN)	05/08/2025
Interposição de recursos contra o Resultado preliminar da prova objetiva da Prova Escrita (Área da Pessoa Candidata)	06/08/2025
Resultado definitivo da prova objetiva da Prova Escrita (Site da FUNCERN)	13/08/2025
Convocação para a Avaliação de Heteroidentificação (Site da FUNCERN)	15/08/2025
Realização da Avaliação de Heteroidentificação	18/08/2025 a 25/08/2025
Divulgação dos pareceres preliminares da Avaliação de Heteroidentificação (Área da Pessoa Candidata)	26/08/2025
Interposição de recursos contra o parecer preliminar da Avaliação de Heteroidentificação (Área da Pessoa Candidata)	27/08/2025
Resultado dos recursos contra o parecer preliminar da Avaliação de Heteroidentificação (Área da Pessoa Candidata)	01/09/2025
Resultado Definitivo da Avaliação de Heteroidentificação (Site da FUNCERN)	02/09/2025
Convocação das pessoas com deficiência para Avaliação Biopsicossocial	15/08/2025
Realização da Avaliação Biopsicossocial	18/08/2025 a 25/08/2025
Interposição de recursos contra o parecer preliminar da Avaliação Biopsicossocial (Área da Pessoa Candidata)	27/08/2025
Resultado dos recursos contra o parecer preliminar da Avaliação Biopsicossocial (Área da Pessoa Candidata)	01/09/2025
Resultado Definitivo da Avaliação Biopsicossocial (Site da FUNCERN)	02/09/2025
Divulgação da lista de pessoas candidatas que terão a prova discursiva corrigida (Site da FUNCERN)	08/09/2025
Divulgação da expectativa de resposta e do resultado das questões discursivas da Prova Escrita (Área da Pessoa Candidata)	19/09/2025
Interposição de recursos contra o resultado das questões discursivas da Prova Escrita (Área da Pessoa Candidata)	20/09/2025
Resposta aos recursos contra o resultado das questões discursivas da Prova Escrita (Área da Pessoa Candidata)	30/09/2025
Resultado Definitivo da Prova Escrita (Área da Pessoa Candidata)	06/10/2025



Convocação das pessoas candidatas habilitadas para a Prova de Desempenho e para a Prova de Títulos (Site da FUNCERN)	08/10/2025
Envio de documentação comprobatória para a Prova de Títulos (na Área da Pessoa Candidata)	08/10/2025 e 09/10/2025
Sorteios de temas para a Prova de Desempenho (24 horas antes da realização da prova)	10/10/2025 a 08/11/2025
Aplicação da Prova de Desempenho	11/10/2025 a 09/11/2025
Divulgação do resultado preliminar da Prova de Desempenho e da Prova de Títulos (Área da Pessoa Candidata)	14/11/2025
Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Prova de Desempenho e da Prova de Títulos (Área da Pessoa Candidata)	17/11/2025
Resposta aos recursos contra o resultado preliminar da Prova de Desempenho e da Prova de Títulos (Área da Pessoa Candidata)	26/11/2025
Resultado Definitivo da Prova de Desempenho e da Prova de Títulos (Site da FUNCERN)	01/12/2025
Resultado Final do Concurso Público (Site da FUNCERN)	08/12/2025

ANEXO II - PROGRAMAS/CONTEÚDOS PARA AS PROVAS ESCRITAS

PROVAS COMUNS A TODAS AS MATÉRIAS/DISCIPLINAS

LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

1. Lei nº. 8.112/1990: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais
2. Lei nº 12.772/2012: Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
3. Lei nº 8.027/1990: Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências
4. Decreto nº. 1.171/1994 (Código de Ética dos Servidores Públicos): Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

1. Educação profissional e tecnológica no Brasil: organização e bases conceituais
2. Projeto Político-Pedagógico do IFRN
3. Identidade e concepções institucionais
4. Princípios e diretrizes orientadores da prática pedagógica
5. Concepções, princípios e fundamentos do currículo integrado na educação profissional e tecnológica

PROVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA

1. Finanças corporativas
 - 1.1. Introdução a finanças corporativas
 - 1.2. Planejamento financeiro
 - 1.3. Estrutura de capital
 - 1.4. O valor do dinheiro no tempo
 - 1.5. Política de dividendos
 - 1.6. Análise das demonstrações contábeis
2. Mercado de capitais
 - 2.1. Introdução ao mercado de capitais, consumo e investimento
 - 2.2. Decisões de investimento: técnicas de orçamento de capital

2.3. Decisões de investimento: em condições de incerteza e risco

2.4. Equilíbrio de mercado: CAPM e APT

2.5. Eficiência de mercado

2.6. Moderna teoria de carteira de investimentos

3. Contabilidade de custos

3.1. Conceitos e classificação de custos

3.2. Sistemas de custeio

3.3. Margem de contribuição e ponto de equilíbrio

3.4. Formação de preços de venda

3.5. Gerenciamento de estoques

3.6. Custos para planejamento e controle

BIOLOGIA

1. Biologia celular e molecular

1.1. Origem e evolução das células

1.2. Bioquímica celular (carboidratos, lipídeos, proteínas e ácidos nucleicos)

1.3. Envoltórios celulares: estruturas e funções

1.4. Organelas citoplasmáticas: estruturas, funções e inter-relações

1.5. Citoesqueleto: estrutura, organização e funções

1.6. Núcleo celular: características gerais, componentes e funções

1.7. Metabolismo celular: quimiossíntese, respiração celular, fermentação e fotossíntese

1.8. Ciclo celular: interfase, mitose e meiose

2. Biologia Humana

2.1. Embriologia: controle de natalidade e métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, gametogênese e fecundação, desenvolvimento embrionário (segmentação, gastrulação, neurulação, organogênese e anexos embrionários)

2.2. Histologia animal: epiteliais, musculares, nervoso e conjuntivo (propriamente dito, reticular, adiposo e ósseo)

2.3. Fisiologia dos sistemas humano: sistema imune, endócrino, cardiovascular, excretor, nervoso, digestório

3. Genética

3.1. Expressão genética: transcrição e tradução em procariotos e eucariotos

3.2. Conceitos fundamentais: genes, genótipo, fenótipo, leis de Mendel e hibridismo

3.3. Estudo de heredogramas e probabilidades

3.4. Heranças genéticas monogênicas e poligênicas

3.5. Estudo dos grupos sanguíneos na espécie humana

3.6. Determinação do sexo e influência na herança

3.7. Ligação gênica e mapeamento cromossômico

3.8. Biotecnologia: conceitos, técnicas e aplicações

4. Seres vivos

4.1. Sistemática, taxonomia e análise de cladogramas

4.2. Vírus, príons e doenças relacionadas

4.3. Reino monera: características gerais e doenças relacionadas



4.4. Reino protocista: características gerais e doenças relacionadas

4.5. Reino fungi: características gerais e doenças relacionadas

4.6. Reino vegetal: características morfofisiológicas das briófitas, pteridófitas, gimnospermas e angiospermas

4.7. Reino animal: características morfofisiológicas dos invertebrados e vertebrados, e doenças relacionadas

5. Evolução biológica

5.1. Teorias evolutivas e origem da vida

5.2. Evidências da evolução: homologia, analogia, órgãos vestigiais, semelhanças embrionárias, fósseis e filogenia molecular

5.3. Fatores evolutivos: migração, mutação, seleção natural, recombinação gênica e deriva gênica

5.4. Genética de populações

5.5. Especiação e adaptação

6. Ecologia

6.1. Ecologia de ecossistemas: ciclagem da matéria e fluxo de energia

6.2. Ecologia de populações: estrutura e dinâmica

6.3. Ecologia de comunidades: estrutura, dinâmica e interações entre populações

6.4. Domínios morfoclimáticos, biomas e ecossistemas aquáticos no Brasil

6.5. Poluição ambiental e interferência humana em ecossistemas naturais

DESENHO TÉCNICO

1. Desenho técnico

2. Desenho arquitetônico

3. Desenho assistido por computador (CAD)

4. Ferramentas CAD

5. Modelagem digital

6. Projeto arquitetônico, acessibilidade e legislação

DESENVOLVIMENTO DE JOGOS DIGITAIS

1. Conceitos de jogos digitais

1.1 Histórico

1.2 Mercado de jogos

1.3 Categorias de jogos digitais

1.4 Contexto dos jogos digitais na sociedade

1.5 Papéis e processos no desenvolvimento de jogos

1.6 Modelos de plataforma e de perfil de jogador

1.7 Motores e componentes de jogos

2. Projetos de jogos digitais

2.1 Fundamentos do projeto de jogos

2.2 Elementos de um projeto de jogo

2.3 Análise sistemática de requisitos de jogos digitais

2.4 Definição e elaboração das mecânicas de jogos

2.5 Elaboração de fases (level design)



2.6 Balanceamento de jogos

2.7 Prototipagem e testes

2.8 Documentos de game design

3. Plataformas e distribuição de jogos digitais

3.1 Jogos para dispositivos móveis

3.2 Jogos para console

3.3 Jogos para aplicativos PC

3.4 Jogos web

3.5 Engines de desenvolvimento

4. Desenvolvimento de jogos digitais

4.1 Bibliotecas gráficas

4.2 Motores de jogos (Godot, Unity, Unreal) e suas linguagens de programação

DIDÁTICA

1. Fundamentos histórico-filosóficos da educação e da didática

2. Fundamentos históricos e epistemológicos da didática no Brasil e sua influência na formação e no trabalho docente

3. Concepções e fundamentos da psicologia da educação e sua influência nas práticas pedagógicas

4. A educação brasileira do período colonial à contemporaneidade

5. Reformas curriculares dos ensinos superior e de 1º e 2º graus no período da ditadura militar e da Lei 13.415/2017: uma sociedade em disputa

6. Reformas e diretrizes político-curriculares a partir dos anos de 1990

7. Projeto político-pedagógico como instrumento da gestão democrática

8. Planejamento e avaliação da aprendizagem: concepções e práticas

9. Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multiculturalismo como fundamentos do currículo e das práticas pedagógicas

10. Formação docente e profissionalização da docência

11. Princípios do currículo integrado para a educação profissional e tecnológica e para a educação de jovens e adultos

12. Inclusão, diversidade e relações étnico-raciais na educação

EDUCAÇÃO FÍSICA

1. A educação física escolar no ensino médio: histórico, conteúdos, abordagens pedagógicas e a Base Nacional Comum Curricular e legislação

2. Corpo e cultura de movimento

2.1. Conhecimentos sobre o corpo: histórico, sociocultural, biológico e estético

2.2. Conceitos, definições e usos do movimento humano

2.3. Diversidade de corpos e suas manifestações de movimento: étnico-raciais, gênero, pessoas com deficiência

3. O jogo

3.1. Origem e evolução do jogo

3.2. Conceitos e aplicações do jogo

3.3. Criações e ressignificação do jogo

3.4. Jogos indígenas e étnico-raciais



4. A ginástica

4.1. Origem e evolução da ginástica

4.2. Conceitos e classificações da ginástica

4.3. Ginástica de condicionamento físico

4.4. Ginásticas competitivas: fundamentos técnicos, históricos e culturais

4.5. Ginásticas e saúde: aspectos históricos e culturais, tipos e classificações

5. A dança

5.1. Aspectos históricos, políticos, culturais e sociais das danças

5.2. Tipos de danças

5.3. Aspectos teóricos e metodológicos da coreologia

5.4. Dança e consciência corporal

6. O esporte

6.1. Aspectos históricos, culturais e sociológicos do esporte e do esporte adaptado

6.2. Esporte educacional, esporte de lazer, esporte de rendimento e o mundo do trabalho

6.3. Tipos e classificação do esporte

6.4. Esporte: diversidade e identidade cultural

6.5. Fundamentos técnicos e táticos

6.6. Relações entre esporte, saúde e aprendizagem de valores sociais

6.7. Esporte, mídias e tecnologias

6.8. O uso político e econômico do esporte

7. A luta

7.1. Conceito e classificação das lutas

7.2. Aspectos históricos e socioculturais das lutas

7.3. Sentidos e significados filosóficos das lutas

8. Avaliação em Educação Física Escolar: critérios e aplicações pedagógicas no ensino médio

9. Qualidade de vida e trabalho

9.1. Construção sócio-histórica das relações sociais no mundo do trabalho

9.2. Conceito de qualidade de vida e promoção da saúde

9.3. Qualidade de vida e saúde no trabalho

10. Planejamento pedagógico: conteúdo, objetivos e aspectos metodológicos em Educação Física no ensino médio

ELETROELETRÔNICA

1. Circuitos elétricos

1.1. Análise de circuitos elétricos em corrente contínua e alternada

1.2. Resistores, capacitores e indutores em corrente contínua

1.3. Resistores, capacitores e indutores em corrente alternada

1.4. Transformadores e sistemas trifásicos

2. Eletrônica analógica

2.1. Amplificadores operacionais

2.2. Teoria dos semicondutores

2.3. Diodos e aplicações



2.4. Transistores e aplicações

3. Sistemas digitais

3.1. Circuitos combinacionais

3.2. Tecnologias de fabricação, famílias lógicas e circuitos integrados

3.3. Sistemas sequenciais

3.4. Controladores lógico programáveis

4. Instalações elétricas

4.1. Normas brasileiras: ABNT NBR 5410, NBR 14039 e outras complementares

4.2. Esquemas elétricos: funcional, multifilar e unifilar

4.3. Projeto de instalação elétrica residencial

4.4. Dispositivos de proteção

4.5. Fator de Potência e compensação de reativos

5. Acionamento eletrônico de máquinas elétricas

5.1. Eletrônica de potência - dispositivos de potência, chaves eletrônicas de potência, sistemas de disparo e dispositivos de proteção

5.2. Conversores de potência

5.3. Motores elétricos

5.4. Controle e acionamento de máquinas elétricas

6. Instrumentação eletrônica

6.1. Circuitos para instrumentação

6.2. Sistemas de aquisição de dados

6.3. Conversores analógico-digital e digital-analógico

6.4. Princípios físicos de funcionamento de sensores

7. Sistemas microcontrolados

7.1. Arquiteturas de microcontroladores

7.2. Memórias

7.3. Periféricos

8. Análise de circuitos eletrônicos em laboratórios de eletrônica

8.1. Fontes regulável e sua utilização

8.2. Multímetro de bancada e sua utilização

8.3. Osciloscópio digital e sua utilização

8.4. Gerador de funções e sua utilização

8.5. Matriz de contatos

FILOSOFIA

1. Introdução a Filosofia

1.1. Do mito a filosofia

1.2. A importância da filosofia

1.3. O método da filosofia

1.4. Campos de investigação da filosofia

1.5. Períodos históricos da filosofia

2. Cultura e filosofia política



- 2.1. O homem e a cultura
 - 2.2. A linguagem
 - 2.3. O mito
 - 2.4. A política
 - 2.5. Democracia, cidadania e participação
 - 2.6. Os conflitos sociais
 - 2.7. O poder
 - 2.8. As formas de governo
 3. A Ética
 - 3.1. Os constituintes do campo ético
 - 3.2. Moral, ética e direito
 - 3.3. Bioética
 - 3.4. Antropoética
 - 3.5. A ética do conhecimento
 - 3.6. Ética ciência e política
 - 3.7. A ética da compreensão
 - 3.8. A ética da responsabilidade
 - 3.9. Ética e meio ambiente
 - 3.10. Ética das biotecnologias e da inteligência artificial
 4. O Conhecimento
 - 4.1. O que é conhecimento
 - 4.2. O conhecimento da tradição
 - 4.3. O pensamento mítico
 - 4.4. O conhecimento filosófico
 - 4.5. O conhecimento científico
 - 4.6. O Conhecimento tecnológico
 - 4.7. Cientificismo
 - 4.8. Os paradigmas emergentes da ciência
 - 4.9. Estética filosófica
- FÍSICA
1. Cinemática escalar e vetorial
 2. Leis de Newton e suas aplicações
 3. Leis de conservação: energia, momento linear e angular
 4. Estática e dinâmica de sistemas de partículas e corpos rígidos
 5. Movimento dos corpos celestes e suas consequências, sistema solar
 6. Hidrostática e hidrodinâmica
 7. Ondas mecânicas
 8. Calorimetria e transferência de calor
 9. Primeira Lei da Termodinâmica, propriedade térmica dos gases
 10. Máquinas térmicas, Segunda Lei da Termodinâmica, entropia
 11. Eletrostática, distribuições e movimento de cargas em campos, Lei de Gauss



12. Corrente elétrica, resistência elétrica e Efeito Joule, circuitos elétricos

13. Magnetostática, magnetismo da matéria

14. Lei de Faraday-Lenz, Lei de Ampère

15. Equações de Maxwell, ondas eletromagnéticas

16. Óptica geométrica: formação de imagens, instrumentos ópticos

17. Natureza ondulatória da luz: cores, dispersão, interferência, difração

18. Teoria da Relatividade Especial

19. Radiações e modelos atômicos

20. Dualidade onda-partícula e Princípio da Incerteza

21. Efeito fotoelétrico e Efeito Compton

22. Metodologia no ensino de física: concepções alternativas, história e filosofia das ciências aplicadas ao ensino de física

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE NEGÓCIOS, LOGÍSTICA, MARKETING, COOPERATIVISMO, TERCEIRO SETOR E EMPREENDEDORISMO

1. Fundamentos de administração

2. Gestão organizacional

3. Processos gerenciais

4. Estratégia empresarial

5. Empreendedorismo

6. Marketing

7. Pesquisa de marketing

8. Administração da produção

9. Logística

10. Cooperativismo

11. Política nacional do cooperativismo e o regime jurídico das cooperativas

12. Terceiro setor

13. Sustentabilidade e economia circular

GEOGRAFIA

1. Conceitos e categorias fundantes da ciência geográfica

1.1. Espaço geográfico, lugar, paisagem, território, região e escala geográfica

1.2. Os fixos, os fluxos e o território usado

2. O espaço geográfico na era da informação e o contexto cartográfico

2.1. Coordenadas geográficas, fusos horários e sistemas de informação geográfica (SIG)

2.2. Geoprocessamento e elaboração de mapas (escala cartográfica, legenda, orientação, projeções cartográficas, mapas temáticos, anamorfozes)

3. Dinâmica da natureza

3.1. Elementos da dinâmica natural: o planeta em movimento - a tectônica de placas e a deriva continental; estruturas geológicas; relevo; solo; clima; hidrografia; formações vegetais

3.2. O relevo brasileiro e os domínios morfoclimáticos no Brasil

4. Fontes de energia, a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável

4.1. Fontes de energia e a questão energética no Brasil

4.2. Problemas ambientais local e global



5. Produção e organização do espaço geográfico no contexto da globalização

5.1. A expansão do sistema capitalista e o socialismo: da antiga à nova ordem mundial (a questão norte e sul)

5.2. Regionalização mundial no atual contexto da globalização: comércio mundial, blocos econômicos; meio técnico-científico-informacional; formação territorial e a questão regional no Brasil

6. Os espaços agrários e as relações de produção: transformações e permanências

6.1. Estrutura fundiária, relações de trabalho e os movimentos sociais no campo; o espaço agrário brasileiro

6.2. Estruturas agrárias tradicionais e a modernização da agropecuária (a expansão do agronegócio); a relação campo-cidade e os problemas socioambientais no campo

7. Industrialização e urbanização: problemas e desafios

7.1. Revoluções industriais e a produção do espaço geográfico mundial; modelos de organização da produção industrial; fatores locacionais; indústria e urbanização no Brasil

7.2. Urbanização: conceitos; hierarquia urbana, rede urbana e a classificação das cidades; a cidade e o setor terciário; problemas socioespaciais e ambientais urbanos

8. Dinâmica populacional: crescimento, estrutura e movimentos

8.1. Conceitos; teorias demográficas; estrutura da população; população e mercado de trabalho no mundo globalizado; dinâmica da população da brasileira

8.2. Movimentos migratórios; conflito-étnicos-nacionalistas

GESTÃO AMBIENTAL

1. Políticas públicas ambientais

1.1. Base legal e institucional para a gestão ambiental

1.2. Instrumentos de gestão ambiental

1.3. Instrumentos econômicos de política ambiental

1.4. Métodos e técnicas de valoração ambiental

2. Sistemas de gestão ambiental

2.1. Gestão ambiental na indústria

2.2. Normatização

2.3. Normas ISO 14001

2.4. Auditoria ambiental

2.5. Processo de certificação ambiental

2.6. Relatórios e comunicação ambiental

3. Licenciamento ambiental: autorização, tipos e etapas de licença

4. Avaliação de impactos ambientais

4.1. Legislação aplicável

4.2. Métodos de previsão de impactos

4.3. Avaliação da importância (seleção e valoração) de impacto ambiental

4.4. Análise de risco para avaliação de impactos ambientais

4.5. Consulta pública

4.6. Estudos de impactos ambientais

4.7. Medidas mitigatórias e compensatórias

5. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável

6. Poluição ambiental



7. Modelos de gestão para economia circular

7.1. Produção mais limpa

7.2. Certificações e rótulos ecológicos

7.3. Eco-design

7.4. Ecoeficiência

7.5. Modelos inspirados na natureza

7.6. Avaliação de Ciclo de Vida (ACV)

8. Planejamento e gestão ambiental

8.1. Gestão ambiental pública

8.2. Sistema nacional do meio ambiente: organização administrativa e hierarquias

8.3. Indicadores ambientais

8.4. Cidades sustentáveis

8.5. Gestão ambiental e gerenciamento integrado

HISTÓRIA

1. As relações sociais, a natureza e a terra

1.1. Relações entre sociedade, cultura e natureza, em diferentes períodos da História

1.2. Usos e formas de propriedade da terra em diferentes tempos e espaços

1.3. Técnicas, instrumentos e transformação da natureza: da indústria artesanal à maquinofatura

1.4. A cidade na história: dos primeiros núcleos urbanos às metrópoles

2. As relações de trabalho em diferentes sociedades e temporalidades

2.1. O trabalho entre povos indígenas

2.2. Monocultura colonial, mineração e pecuária na América

2.3. Escravização, trabalho e resistência na América colonial

2.4. Mercantilismo e tráfico de escravizados

2.5. O trabalho nas civilizações da Antiguidade

2.6. Trabalho no campo e na cidade medievais

2.7. O trabalho na contemporaneidade: da revolução industrial à era digital

2.8. Migrações em busca de trabalho

2.9. Organização dos trabalhadores: entidades representativas, resistências patronais e partidos

políticos

3. Processos de constituição dos territórios, das nações e dos Estados

3.1. Conquista e preservação do território na América portuguesa

3.2. A política administrativa: do período colonial ao período republicano

3.3. A formação do povo brasileiro e a constituição da identidade nacional

3.4. Constituição e desintegração de Impérios europeus na América

3.5. As ditaduras na América Latina e os processos de redemocratização

3.6. Integração política, econômica e cultural no processo de globalização

3.7. Poder e propriedade na ordem feudal no medievo: do poder local ao poder nacional

3.8. O absolutismo e a formação dos Estados nacionais modernos

3.9. Reformas religiosas e Contrarreforma

3.10. Imperialismos e conflitos entre nações nos séculos XIX e XX



3.11. As experiências socialistas e suas crises no século XX

4. Cidadania e poder na História

4.1. A concentração do poder no Brasil: dos "homens bons" às oligarquias imperiais e republicanas

4.2. Escravidão indígena e africana, e a luta pela liberdade

4.3. O liberalismo, a crise do Antigo Regime e as revoluções burguesas

4.4. As Constituições brasileiras e a cidadania

4.5. Desigualdades econômicas e sociais e as lutas populares na atualidade

4.6. As experiências políticas grega e romana na Antiguidade

4.7. Os direitos das mulheres, dos jovens, das crianças e das minorias sociais

4.8. Mídias, política e a indústria cultural: rádio, televisão, livros, jornais, revistas, cinema, redes digitais, computador e propaganda

4.9. Lutas sociais, rurais e urbanas: movimentos sociais de classes, de grupos étnicos, de relações de gênero e de categorias profissionais

5. A história em construção

5.1. História, mitologia, memória e historiografia

5.2. História, Memória e Patrimônio

6. Propostas Curriculares de História

6.1. Formas de organização dos conteúdos históricos

6.2. Diversidade social e cultural nas propostas curriculares: legislação e práticas educativas

6.3. Tendências e perspectivas do Ensino de História: da esfera local ao âmbito mundial

6.4. A História na educação de jovens e adultos

7. Linguagens e documentos no ensino da História

7.1. Documentos escritos

7.2. Iconografia: das imagens fixas às imagens em movimento

7.3. Oralidade

8. Metodologias para o ensino de História

8.1. A construção de problemas históricos

8.2. O ensino tradicional versus ensinamentos inovadores

8.3. Estudo do meio e práticas interdisciplinares

9. Materiais didáticos para o ensino de História

9.1. A produção de materiais didáticos e sequências didáticas

9.2. Livro didático: concepções e usos

9.3. Oficinas didáticas

LÍNGUA INGLESA

1. Active and passive voice

2. Collocations and idioms

3. Common errors in written expressions

4. Conditional sentences

5. Determiners

6. Direct and indirect speech



7. English for Specific Purposes (ESP): theory and application in English language classes

8. Integrating New Technologies into Language Teaching

9. Discourse markers: conjunctions and prepositions

10. Modal verbs

11. Political aspects of teaching English as an additional language in Brazil

12. Reading skills: elements of reference, inference, and nominal groups in text comprehension

13. Textual genres and English language teaching

14. Theory and practice applied to the teaching and learning of languages

15. Verb tenses and forms

LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA

1. Letramento digital e tecnologias aplicadas ao ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira

2. Concepções de sujeito, linguagem e texto e implicações para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira

3. Concepções de gramática e implicações para o ensino de Língua Portuguesa

4. Concepções de literatura e implicações para o ensino de Literatura Brasileira

5. Variação linguística e implicações para o ensino de Língua Portuguesa

6. Estudo de texto e fatores de textualidade

7. Heterogeneidade enunciativa

8. Gêneros discursivos e sequências textuais

9. Coesão e coerência textuais

10. Norma padrão: concepção e prescrição no âmbito da colocação, concordância, regência e pontuação

11. Organização sintática do período

12. Estrutura do texto acadêmico e de divulgação científica

13. Relações entre Literatura Brasileira, História e Cultura

14. Literatura Brasileira e identidade nacional

15. Percursos da poesia e da prosa literária norte-rio-grandenses

MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA

1. Estruturas física e funcional de microcomputadores

2. Estudo detalhado dos componentes físicos dos microcomputadores

2.1. Gabinetes, fontes e sistemas de refrigeração

2.2. Mouse e teclado

2.3. Placas mães

2.4. Microprocessadores

2.5. Memórias

2.6. BIOS, SETUP, POST, chipsets, barramentos e interfaces

2.7. Dispositivos de armazenamento

2.8. Dispositivos de comunicação externa

2.9. Outros dispositivos

3. Instalação/utilização de softwares de apoio à manutenção



4. Técnicas avançadas de manutenção preventiva e corretiva de microcomputadores
5. Técnicas não convencionais para manutenção corretiva de microcomputadores
6. Técnicas de solda eletrônica
 - 6.1. SMT
 - 6.2. SMD
 - 6.3. BGA
7. Manutenção em computadores portáteis
8. Segurança e recuperação de dados
9. Condições reais e ideais de trabalho
10. Regras gerais para instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos
11. Fontes chaveadas para microcomputadores, filtros e estabilizadores de tensão
 - 11.1. Instalação, configuração e operação
 - 11.2. Tipos mais comuns
 - 11.3. Características e padrões
 - 11.4. Funcionamento interno e externo
 - 11.5. Mecanismos e circuitos eletrônicos
 - 11.6. Principais problemas
 - 11.7. Manutenção preventiva
 - 11.8. Manutenção corretiva
12. Nobreaks (UPS)
 - 12.1. Instalação, configuração e operação
 - 12.2. Tipos mais comuns
 - 12.3. Características e padrões
 - 12.4. Funcionamento interno e externo
 - 12.5. Mecanismos e circuitos eletrônicos
 - 12.6. Principais problemas
 - 12.7. Manutenção preventiva
 - 12.8. Manutenção corretiva
13. Monitores de vídeo
 - 13.1. Instalação, configuração e operação
 - 13.2. Tipos mais comuns
 - 13.3. Características e padrões
 - 13.4. Funcionamento interno e externo
 - 13.5. Mecanismos e circuitos eletrônicos
 - 13.6. Principais problemas
 - 13.7. Manutenção preventiva
 - 13.8. Manutenção corretiva
14. Impressoras
 - 14.1. Instalação, configuração e operação
 - 14.2. Tipos mais comuns
 - 14.3. Características e padrões



14.4. Funcionamento interno e externo

14.5. Mecanismos e circuitos eletrônicos

14.6. Principais problemas

14.7. Manutenção preventiva

14.8. Manutenção corretiva

MATEMÁTICA

1. Conjuntos

2. Funções

2.1 Função afim

2.2 Função quadrática

2.3 Função exponencial

2.4 Função logarítmica

2.5 Função trigonométrica

2.6 Função modular

2.7 Função composta

3. Sequências numéricas

4. Matrizes

5. Determinantes

6. Sistemas lineares

7. Análise combinatória

8. Binômio de Newton

9. Probabilidade

10. Polinômios

11. Matemática financeira

11.1. Razão e proporção

11.2. Porcentagem

11.3. Regime de juros simples

11.4. Regime de juros compostos

12. Trigonometria

12.1. Trigonometria no triângulo

12.2. Ciclo trigonométrico

12.3. Equações trigonométricas

12.4. Inequações trigonométricas

13. Geometria plana

14. Geometria espacial

15. Geometria analítica

16. Estatística descritiva

17. Construção e Interpretação de gráficos e tabelas

18. Limites

19. Derivadas: conceituação, propriedades e aplicações

20. Integral: conceituação, propriedades e aplicações



21. Teorema fundamental do cálculo e aplicações

22. Divisibilidade

22.1. MDC, MMC e Algoritmo de Euclides

22.2. Teorema Fundamental da Aritmética

MODA E PRODUÇÃO DE VESTUÁRIO

1. Fundamentos do design de moda

1.1 Aspectos conceituais do design e da moda

2. História da moda

2.1 Perspectiva histórica e importância dos estudos para o design

3. Marketing de moda

3.1 Estratégias de marketing

3.2 Branding de moda

3.3 Pesquisas de mercado

3.4 Visual merchandising

3.5 Marketing digital

4. Desenvolvimento de coleção: processo de planejamento e criação de coleção

5. Modelagem do vestuário

5.1 Antropometria

5.2 Modelagem em tecido plano

5.3 Modelagem em malha

5.4 Modelagem tridimensional

5.5 Interpretação do desenho de moda para a modelagem

6. Tecnologia da confecção

6.1 Fluxograma da indústria de confecção

6.2 Operações de costura

6.3 Máquinas de costura industrial

6.4 Ficha técnica de produto

6.5 Sequência operacional

6.6 Relações com a Indústria 5.0

7. Metodologias do design de moda

7.1 Métodos de desenvolvimento de novos produtos de moda

7.2 Processos de desenvolvimento de novos produtos de moda assistido por computador (CAD/CAM)

POLÍTICAS E GESTÃO ESCOLAR

1. Economia global e informacional e suas implicações no mundo do trabalho e da educação: do taylorismo-fordismo à reestruturação produtiva a partir dos anos de 1990

2. Políticas neoliberais e a reforma educativa no Brasil a partir dos anos 1990

3. Concepções, fundamentos e práticas de planejamento, gestão e avaliação educacional na perspectiva histórico-política brasileira

4. Financiamento da educação pública brasileira a partir dos anos de 1990

5. Planos Nacionais de Educação, Sistemas de ensino e o regime de colaboração entre os entes federados



6. Conselhos e colegiados nos âmbitos da gestão educacional e escolar brasileira a partir dos anos de 1980

7. Organização e gestão da educação brasileira com base na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e nos Planos Nacionais de Educação 2001-2010 e 2014-2024

8. Reformas, políticas públicas e diretrizes curriculares para o ensino médio e para a educação profissional no Brasil na contemporaneidade

9. Políticas, programas, projetos educacionais e as diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos e para a educação profissional no Brasil a partir dos anos de 1970

10. Políticas e diretrizes curriculares para a formação e o trabalho docente no Brasil para a educação básica e educação profissional a partir dos anos de 1990

PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS

1. Química e bioquímica dos alimentos

1.1. Componentes principais dos alimentos: água, carboidratos, lipídeos, aminoácidos, peptídeos, proteínas e enzimas

1.2. Componentes minoritários dos alimentos: vitaminas, minerais e pigmentos

1.3. Oxidação lipídica em alimentos

1.4. Antioxidantes

1.5. Emulsão e emulsificantes

1.6. Óleos essenciais

1.7. Aditivos químicos

1.8. Reações de escurecimento em alimentos

1.9. Amido modificado

1.10. Gelatinização e retrogradação do amido

1.11. Alimentos funcionais

2. Microbiologia dos alimentos

2.1. Importância dos micro-organismos nos alimentos

2.2. Fontes de contaminação

2.3. Micro-organismos de interesse em alimentos

2.4. Fatores intrínsecos e extrínsecos que controlam o desenvolvimento microbiano nos alimentos

2.5. Micro-organismos indicadores

2.6. Micro-organismos Patogênicos de Importância em Alimentos

2.7. Doenças microbianas de origem hídrica e alimentar

2.8. Alterações químicas causadas por micro-organismos

2.9. Deterioração microbiana de alimentos

2.10. Controle do desenvolvimento microbiano nos alimentos

2.11. Critérios microbiológicos para avaliação da qualidade de alimentos

3. Higiene e segurança alimentar

3.1. Alimentos seguros e produção higiênica

3.2. Perigos físicos, químicos e microbiológicos

3.3. Gestão e controle da qualidade na indústria de alimentos

3.4. Ferramentas de gerenciamento de segurança alimentar



3.5. Legislação (Regulamentos e autoridades sanitárias)

4. Tecnologia e processamento de produtos origem animal

4.1. Tecnologia e processamento de leite e derivados

4.2. Tecnologia e processamento de carne e derivados

4.3. Tecnologia e processamento de pescado e derivados

4.4. Tecnologia e processamento de mel e produtos apícolas

4.5. Tecnologia e processamento de ovos e derivados

4.6. Legislações para produtos de origem animal

5. Tecnologia e processamento de produtos de origem vegetal

5.1. Tecnologia e fisiologia pós-colheita de frutas

5.2. Tecnologia e processamento de frutas e derivados

5.3. Tecnologia e processamento de hortaliças e derivados

5.4. Tecnologia e processamento de cereais e produtos de panificação

5.5. Tecnologia e processamento de grãos e derivados

5.6. Legislações para produtos de origem vegetal

PROJETOS AGRÍCOLAS E AGRICULTURA DE PRECISÃO

1. Sistema de orientação e automação na mecanização

1.1. Projeto, dimensionamento e gerência de máquinas para as operações agrícolas

1.2. Eletrônica embarcada, automação e robótica aplicada à agricultura

1.3. Máquinas e implementos agrícolas aplicados a agricultura de precisão

1.4. Interação máquina solo

1.5. Mapeamento da compactação do solo e áreas compactadas

1.6. Controle de tráfego, direção automática

1.7. Colheita monitorada

1.8. Elementos de IoT e robótica aplicados à máquinas e equipamentos agrícolas

1.9. Máquinas para aplicação localizada de insumos e taxa variável

1.10. Uso de drones para o mapeamento de propriedades e pulverização agrícola

1.11. Sistema de navegação global por satélite

2. Gestão detalhada das lavouras

2.1. Métodos de amostragem do solo

2.2. Monitoramento da variabilidade espacial e temporal

2.3. Mapeamento da fertilidade do solo com agricultura de precisão em sistemas de produção de culturas anuais e perenes

2.4. Aplicação localizada de fertilizantes e corretivos

2.5. Pulverização localizada de alta performance

2.6. Manejo de irrigação localizada

3. Monitoramento e gestão de lavouras

3.1. Determinação de zonas de manejo

3.2. Estimativa da produtividade de culturas agrícolas em sistemas de produção

3.3. Processamento de dados e filtragens

3.4. Amostragens de dados



3.5. Aplicação localizada de insumos

3.6. Monitoramento de plantas daninhas, pragas e doenças em sistemas de produção de culturas anuais e perenes

3.7. Mapeamento de atributos do solo e das plantas

4. Sensoriamento remoto aplicado à agricultura de precisão

4.1. Sensoriamento e sensores na agricultura

4.2. Sensoriamento proximal de solo e planta: medidas especializadas de propriedades do solo e da planta

4.3. Coleta de dados, calibração e mapas de produtividade em sistemas de produção de culturas anuais e perenes

4.4. Georreferenciamento e sistemas de referência

4.5. Métodos e medidas de posicionamento geodésico

4.6. Geoestatística aplicada aos Sistemas de Produção de Culturas Anuais e Perenes

4.7. Aplicabilidade do sensoriamento direto e remoto nos Sistemas de Produção de Culturas Anuais e Perenes

4.8. Sistemas de Informação Geográfica e definições para agricultura de precisão nos Sistemas de Produção de Culturas Anuais e Perenes

4.9. Interpretação de dados, recomendações e aplicações com base em mapas e em sensores

5. Elaboração de projetos de agricultura de precisão em culturas anuais e perene

5.1. Aplicações da agricultura de precisão em sistemas de produção de grãos: Sistema de orientação e automação na mecanização, gestão detalhada das culturas, monitoramento e gestão das lavouras, sensoriamento remoto aplicado às culturas

5.2. Agricultura de precisão em fruticultura irrigada: Sistema de orientação e automação na mecanização, gestão detalhada das culturas, monitoramento e gestão das lavouras, sensoriamento remoto aplicado às culturas

5.3. Agricultura de precisão em cana-de-açúcar: Sistema de orientação e automação na mecanização, gestão detalhada das culturas, monitoramento e gestão das lavouras, sensoriamento remoto aplicado às culturas

5.4. Agricultura de precisão na cultura do algodão: Sistema de orientação e automação na mecanização, gestão detalhada das culturas, monitoramento e gestão das lavouras, sensoriamento remoto aplicado às culturas

5.5. Agricultura de precisão na cultura do Melão: Sistema de orientação e automação na mecanização, gestão detalhada das culturas, monitoramento e gestão das lavouras, sensoriamento remoto aplicado às culturas

QUÍMICA

1. Estrutura atômica e tabela periódica

2. Ligações interatômicas e intermoleculares

3. Teorias ácido-base: Arrhenius, Bronsted-Lowry e Lewis

4. Química dos elementos do bloco D

5. Funções e reações inorgânicas

6. Estequiometria

7. Gases

8. Soluções

9. Termoquímica e termodinâmica química

10. Cinética química



11. Equilíbrio químico
12. Equilíbrio ácido-base
13. Equilíbrios de solubilidade
14. Eletroquímica
15. Estruturas e ligações químicas em compostos orgânicos
16. Funções orgânicas, suas características, reações e sínteses
17. Estereoquímica
18. Polímeros Naturais e Sintéticos
19. Química ambiental

REDES DE COMPUTADORES

1. Conhecimentos gerais
 - 1.1. Comunicação de dados
 - 1.2. Topologia e elementos de rede, LANs, MANs e WANs
 - 1.3. Modelo de referência OSI da ISO
 - 1.4. Protocolos da família Ethernet: Ethernet, Fast Ethernet, Gigabit Ethernet (IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, IEEE 802.1d) e 10 Gigabit Ethernet
 - 1.5. Protocolos de comunicação da arquitetura TCP/IP
 - 1.6. Endereçamento IP: IPv4; IPv6
 - 1.7. Roteamento IP estático e dinâmico
 - 1.8. Conceitos sobre projeto lógico de redes
 - 1.9. Normas e projeto de cabeamento estruturado de redes
 - 1.10. Protocolos e configurações de redes sem fio
 - 1.11. Protocolos de gerenciamento de redes
2. Gerenciamento de recursos e usuários em sistemas Windows e Linux
 - 2.1. Criação e administração de domínios
 - 2.2. Administração de grupos e contas de usuários
 - 2.3. Compartilhamento e proteção de recursos de rede
3. Conceitos e implementação de serviços de redes em sistemas Windows e Linux
 - 3.1. Serviço de nomes de domínio (DNS)
 - 3.2. Serviço de atribuição dinâmica de endereços IP (DHCP)
 - 3.3. Serviço de acesso remoto (Serviço de Terminal)
 - 3.4. Serviço da world wide web (HTTP)
 - 3.5. Serviço de transferência de arquivos (FTP)
 - 3.6. Serviços de proxy
 - 3.7. Mecanismos de NAT
4. Tecnologias de redes em ambientes virtualizados
 - 4.1. Virtualização
 - 4.2. Containers
 - 4.3. Computação em nuvem
5. Segurança de redes
 - 5.1. Criptografia e assinatura digital



5.2. Sistemas de firewall

5.3. Sistemas de detecção de intrusos (IDS)

5.4. Redes privadas virtuais (VPN)

5.5. Regulamentação normativa de segurança: ISO 27001:2005

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

1. Linguagem de programação: Python 3, Javascript (ECMA Script 6 ou superiores), C++ e Java 8 (ou superiores)

1.1. Sintaxe básica

1.2. Declaração e atribuição de variáveis

1.3. Comandos de controle de fluxo

1.4. Programação orientada a objetos

1.5. Estrutura de dados

1.6. Complexidade de algoritmos

2. Banco de dados

2.1. Modelos de dados (conceituais e lógicos)

2.2. Normalização

2.3. Linguagens de consulta (SQL)

2.4. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados Postgres (12 ou superiores) e MySQL (7 ou superiores)

2.5. Segurança em banco de dados (controle de acesso, criptografia e auditoria) para Postgres (12 ou superiores) e MySQL (7 ou superiores)

2.6. Bancos de Dados NoSQL orientado a Documentos com MongoDB 8

2.7. Mapeamento objeto-relacional (Python com SQLAlchemy (1.5 ou superiores) e Java com Hibernate (6 ou superiores)

3. Análise e projeto de sistemas orientada a objetos

3.1. Conceitos básicos: classe, objeto, atributo e método

3.2. Princípios da orientação a objetos: abstração, encapsulamento, herança e polimorfismo

3.3. Unified Modeling Language (UML)

3.4. Análise de requisitos (levantamento e técnicas de elicitação)

3.5. Padrões de projeto

3.6. Princípios de design com SOLID

4. Arquitetura de software

4.1. Estilos arquiteturais

4.2. Modelo C4

4.3. Arquitetura baseada em microsserviços

5. Processos de desenvolvimento de software

5.1. Processos prescritivos (processo unificado)

5.2. Processos ágeis (Scrum)

6. Desenvolvimento front-end

6.1. Fundamentos de HTML, CSS e JavaScript

6.2. Frameworks e bibliotecas populares (React (15 ou superiores), Vue.js (2 ou superiores))

6.3. Design responsivo e acessibilidade



6.4. Integração com APIs e gerenciamento de estado

6.5. Testes e depuração de aplicações front-end

7. Desenvolvimento back-end

7.1. Tecnologias Node.JS (20 ou superiores), Django Rest Framework (3 ou superiores), PHP Laravel (10 em diante)

7.2. Fundamentos de servidores e arquitetura de aplicações

7.3. APIs RESTful e GraphQL

7.4. Autenticação e segurança de aplicações

7.5. Questões de desempenho e escalabilidade

8. Interação humano-computador

8.1. Princípios de design de interfaces

8.2. Usabilidade e acessibilidade

8.3. Interação multimodal (toque, voz, gestos)

8.4. Avaliação de interação e testes de usabilidade

8.5. Ergonomia e design centrado no usuário

9. Gerência de projeto

9.1. Metodologias de gerenciamento de projetos

9.2. Planejamento e definição de escopo

9.3. Gestão de riscos e resolução de problemas

9.4. Gestão de recursos e equipes

9.5. Monitoramento e controle de projetos

9.6. Avaliação de desempenho e lições aprendidas

10. Verificação e validação de software

10.1. Técnicas de validação de software

10.2. Testes de software (unitários e funcionais)

ANEXO III - TEMAS PARA AS PROVAS DE DESEMPENHO

ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA

1. Planejamento financeiro

2. Política de dividendos

3. Formação de preços de venda

4. Sistemas de custeio

5. Análise das demonstrações contábeis

BIOLOGIA

1. Metabolismo energético celular

2. Biologia do desenvolvimento animal: Processos embrionários e diferenciação celular

3. Sistema imune: Origem dos componentes celulares e mecanismos de defesa

4. Reino Plantae: Aspectos evolutivos e adaptativos

5. Sucessão ecológica: Dinâmica e influência de distúrbios na diversidade

DESENHO TÉCNICO

1. Desenho técnico e arquitetônico

2. Condicionantes físicos e legais na arquitetura



3. Ferramentas CAD

4. Modelagem digital

5. Projeto arquitetônico

DESENVOLVIMENTO DE JOGOS DIGITAIS

1. Programação Orientada a Objetos aplicada a Jogos Digitais

2. Game design

3. Padrões de Programação de Jogos Digitais

4. Mecânicas de jogos e jogabilidade

5. Motores e componentes de jogos

DIDÁTICA

1. Fundamentos históricos e epistemológicos da Didática no Brasil e sua influência na formação e no trabalho docente

2. Concepções e fundamentos da psicologia da educação e sua influência nas práticas pedagógicas

3. Reformas e diretrizes político-curriculares a partir dos anos de 1990

4. Planejamento e avaliação da aprendizagem: concepções e práticas

5. Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multiculturalismo como fundamentos do currículo e das práticas pedagógicas

EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Conhecimentos sobre o corpo: histórico, sociocultural, biológico e estético

2. Aspectos históricos, políticos, culturais e sociais do jogo

3. Relações entre educação física, saúde e aprendizagem de valores sociais

4. Esporte, mídias e tecnologias

5. Qualidade de vida e saúde no trabalho

ELETROELETRÔNICA

1. Circuitos elétricos de corrente alternada

2. Acionamento e controle de máquinas elétricas

3. Transistores e suas aplicações

4. Circuitos digitais sequenciais

5. Interfaces de entrada e saída de microcontroladores

FILOSOFIA

1. O racionalismo e o empirismo

2. O criticismo

3. A ética e a moral

4. Filosofia política

5. Filosofia, ciência e tecnologia

FÍSICA

1. Conservação do momento angular

2. Ondas sonoras

3. Lentes esféricas

4. Segunda lei da termodinâmica



5. Indução eletromagnética

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE NEGÓCIOS, LOGÍSTICA, MARKETING, COOPERATIVISMO, TERCEIRO SETOR E EMPREENDEDORISMO

1. Processos gerenciais
2. Trade marketing
3. Gestão de estoques e armazenagem
4. Sistema cooperativista brasileiro
5. Empreendedorismo social

GEOGRAFIA

1. Os domínios morfoclimáticos brasileiros
2. Hierarquia urbana e rede urbana
3. Estrutura e dinâmica da população brasileira
4. O espaço norte-rio-grandense no contexto da globalização e do meio técnico-científico-informacional
5. Estruturas agrárias tradicionais e a modernização da agropecuária

GESTÃO AMBIENTAL

1. Sistemas de gestão ambiental
2. Licenciamento ambiental
3. Avaliação de impactos ambientais
4. Produção mais limpa
5. Poluição ambiental

HISTÓRIA

1. História, memória e patrimônio
2. Poder e propriedade na ordem feudal no medievo: do poder local ao poder nacional
3. Técnicas, instrumentos e transformação da natureza: da indústria artesanal à maquinofatura
4. As ditaduras na América Latina e os processos de redemocratização
5. A concentração do poder no Brasil: dos "homens bons" às oligarquias imperiais e republicanas

LÍNGUA INGLESA

1. Adjectives
2. Modal verbs
3. Reading strategies
4. Textual genres
5. Verb tenses and forms

Observação: A aula deverá ser ministrada prioritariamente em língua inglesa ou mesclando inglês e português e em uma abordagem comunicativa.

LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA

1. Heterogeneidade enunciativa
2. Prática de letramento linguístico-gramatical com enfoque na sequência textual
3. Estrutura do texto acadêmico e de divulgação científica
4. Representatividade sociocultural na Literatura Brasileira
5. Percursos da poesia e da prosa literária norte-rio-grandenses



MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA

1. Manutenção em computadores portáteis
2. Manutenção em monitores de vídeo LCD
3. Manutenção em impressora a laser
4. Manutenção em fontes chaveadas
5. Manutenção em nobreaks

MATEMÁTICA

1. Funções
2. Probabilidade
3. Trigonometria no triângulo retângulo
4. Geometria analítica
5. Limite de funções de uma variável real

MODA E PRODUÇÃO DE VESTUÁRIO

1. Ficha técnica do produto de moda
2. Etapas do planejamento de uma coleção de moda
3. Modelagem do vestuário: princípios básicos e técnicas de gradação
4. Adequações do produto de vestuário aos conceitos de ergonomia
5. Confeção do vestuário: planejamento da confecção do produto a partir da interpretação do desenho

POLÍTICAS E GESTÃO ESCOLAR

1. Concepções, fundamentos e práticas de planejamento, gestão e avaliação educacional na perspectiva histórico-política do brasileira
2. Planos Nacionais de Educação, Sistemas de ensino e o regime de colaboração entre os entes federados
3. Reformas, políticas públicas e diretrizes curriculares para o ensino médio e para a educação profissional no Brasil na contemporaneidade
4. Políticas, programas, projetos educacionais e as diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos e para a educação profissional no Brasil a partir dos anos de 1970
5. Políticas e diretrizes curriculares para a formação e o trabalho docente no Brasil para a educação básica e educação profissional a partir dos anos de 1990



PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS

1. Tecnologia de frutas: processamento de doces e geleias
- 1 Tecnologia do leite: processamento produtos fermentados
- 2 Tecnologia de cereais: processamento de pães e biscoitos
- 3 Tecnologia de carnes: processamento de embutidos e defumados
- 4 Tecnologia de ovos: avanços tecnológicos no setor de ovos

PROJETOS AGRÍCOLAS E AGRICULTURA DE PRECISÃO

1. Sistema de orientação e automação aplicado à mecanização: máquinas e implementos agrícolas aplicados a agricultura de precisão, mapeamento de variáveis do solo, aplicação de insumos em taxa variável e colheita
2. Mapeamento e monitoramento das lavouras: manejo de irrigação localizada, aplicação localizada de fertilizantes e corretivos, produtividade, fitossanidade de culturas

3. Sensoriamento proximal de solo e planta: medidas especializadas nas propriedades do solo e da planta e sensores aplicados à agricultura

4. Coleta e interpretação de dados, geoestatística, calibração com base em mapas e sensores em sistemas agrícolas

5. Agricultura de precisão em fruticultura irrigada: sistema de orientação e automação na mecanização, gestão detalhada das culturas, monitoramento e gestão das lavouras, sensoriamento remoto aplicado

QUÍMICA

1. Eletronegatividade e o caráter das ligações químicas

2. Estudo comparativo entre as teorias ácido-base: Arrhenius, Bronsted-Lowry e Lewis

3. Equilíbrio químico

4. Entalpia e Reações Endotérmicas e Exotérmicas

5. Isomeria e quiralidade

REDES DE COMPUTADORES

1. Estratégias de roteamento de datagramas IP

2. Segurança em redes sem fio

3. Virtualização

4. Protocolo TCP

5. Monitoramento e diagnóstico de redes

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

1. Banco de dados NoSQL orientado a documentos com MongoDB

2. Padrões de projeto

3. Desenvolvimento Backend com Django Rest Framework (3 ou superiores)

4. Desenvolvimento Frontend com React (15 ou superiores)

5. Testes de software (unitários e funcionais)

ANEXO IV - TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E ADAPTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE PROVAS OBJETIVAS

Fica assegurado o acesso às seguintes tecnologias assistivas na realização de provas em Concurso Públicos e em processos seletivos, sem prejuízo de adaptações razoáveis que se fizerem necessárias:

I - À pessoa candidata com DEFICIÊNCIA VISUAL (nos termos do Decreto nº. 9.508, de 24 de setembro de 2023):

a) prova impressa em braille;

b) prova impressa em caracteres ampliados, com indicação do tamanho da fonte;

c) prova gravada em áudio por fiscal leitor, com leitura fluente;

d) prova em formato digital para utilização de computador com software de leitura de tela ou de ampliação de tela; e

e) designação de fiscal para auxiliar na transcrição das respostas;

II - À pessoa candidata com DEFICIÊNCIA AUDITIVA (nos termos do Decreto nº. 9.508, de 24 de setembro de 2023):

a) prova gravada em vídeo por fiscal intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, nos termos do disposto na Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, preferencialmente com habilitação no exame de proficiência do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa - ProLibras; e



b) autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito à inspeção e à aprovação pela Comissão responsável pelo Concurso Público, com a finalidade de garantir a integridade do certame;

III - À pessoa candidata com DEFICIÊNCIA FÍSICA (nos termos do Decreto nº. 9.508, de 24 de setembro de 2023):

a) mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova;

b) designação de fiscal para auxiliar no manuseio da prova e na transcrição das respostas; e

c) facilidade de acesso às salas de realização da prova e às demais instalações de uso coletivo no local onde será realizado o certame.

IV - À pessoa candidata AUTISTA (Nos termos da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012)

a) Sala separada de realização de provas, sem hiperestimulação sensorial.

V - A pessoa candidata que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por equipe multiprofissional ou por profissional especialista nos impedimentos apresentados por cada candidato, no prazo estabelecido em Edital.

ANEXO V - MODELO DE LAUDO MÉDICO A SER ENTREGUE POR PESSOAS CANDIDATAS COM DEFICIÊNCIA NA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL

Atesto, para os devidos fins de direito, que o(a) Sr.(a) _____
 _____ apresenta a seguinte deficiência (espécie)
 _____ sob o Código Internacional de Doença
 (CID 10) _____, possuindo o seguinte grau / nível de deficiência
 _____, sendo a causa dessa deficiência
 (descrever/apresentar a causa da deficiência, mesmo que apenas descrita a provável causa)
 _____,
 apresentando a pessoa candidata o seguinte nível de autonomia (apresentar o grau de autonomia da
 pessoa candidata - _____.

Atesto, ainda, que a deficiência da pessoa candidata acima evidenciada é compatível com as atribuições do cargo de Professor da Carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Forneço, também, as seguintes informações complementares:

1 - Se pessoa com deficiência física, a pessoa candidata faz uso de órtese, prótese ou adaptações? () sim () não

2 - Se pessoa com deficiência auditiva, anexar exame de audiometria recente (até seis meses);

3 - Se pessoa com deficiência visual, anexar exame de acuidade em ambos os olhos (AO), com especificação da patologia e do campo visual;

4 - Se pessoa com deficiência mental:

4.1. Data de início da doença: ___/___/_____

4.2. Especificar, também, as áreas de limitação associadas e habilidades adaptativas:
 _____.

5 - Se pessoa com deficiência múltipla:

5.1. Especificar a associação de duas ou mais deficiências:
 _____.

Data da emissão deste Laudo (não superior a 180 dias):

_____ de _____ de _____.

Nome do médico/Especialidade/CRM/Carimbo:
 _____.

Observação: o laudo deverá conter o nome do médico, a assinatura, e, ainda, o número do CRM desse especialista na área de deficiência/doença da pessoa candidata e o carimbo; caso contrário, o laudo não terá validade. Este, também, deverá ser legível, sob pena de não ser considerado válido.



ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE COR / RAÇA

Eu, _____, CPF _____, pessoa candidata no Concurso Público deflagrado e regido pelo Documento 864913, concorrendo ao cargo de Professor da Carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico sob nº. de inscrição _____, me autodeclaro _____. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis e que poderei perder o vínculo com a instituição, a qualquer tempo.

Natal/RN, ____ de _____ de _____.

Assinatura da pessoa candidata

ANEXO VII - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM / ÁUDIO

Neste ato, eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº. _____, inscrito(a) no CPF sob nº. _____, residente e domiciliado(a) na avenida / rua _____, nº. _____, município de _____, UF _____, AUTORIZO o uso de minha imagem, qual seja através da entrevista, somente para efeitos de utilização no Concurso Público regido pelo Documento 864913, visando garantir a seriedade e a transparência do referido certame. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo o território nacional. Por esta ser a expressão da minha vontade, autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e assino a presente autorização em duas (2) vias de iguais teor e forma.

Natal/RN, ____ de _____ de _____.

Assinatura da pessoa candidata



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.